Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 7

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012 15

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 46

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 126

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 127

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 128

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 129

Motivos de Reapresentação 130

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	203.518
Preferenciais	59.981
Total	263.499
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	5.720.875	5.561.174
1.01	Ativo Circulante	1.191.447	1.015.515
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	442.850	265.593
1.01.01.01	Caixa e bancos	262	290
1.01.01.02	Aplicações financeiras	442.588	265.303
1.01.03	Contas a Receber	738.902	733.267
1.01.03.01	Clientes	681.974	678.404
1.01.03.01.01	Clientes	101.421	97.851
1.01.03.01.02	Ativo financeiro	580.553	580.553
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	56.928	54.863
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	9.497	10.358
1.01.03.02.02	Outras contas a receber	47.431	44.505
1.01.04	Estoques	786	786
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.909	15.869
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.909	15.869
1.01.06.01.01	Impostos e ontribuições sociais	8.909	15.869
1.02	Ativo Não Circulante	4.529.428	4.545.659
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.178.757	3.237.240
1.02.01.06	Tributos Diferidos	565.609	572.891
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	564.636	572.322
1.02.01.06.02	Pis e Cofins diferidos	973	569
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.613.148	2.664.349
1.02.01.09.03	Ativo financeiro	2.608.818	2.660.021
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	3.599	3.599
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	731	729
1.02.02	Investimentos	1.332.500	1.290.605
1.02.02.01	Participações Societárias	1.332.500	1.290.605
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.332.500	1.290.605
1.02.03	Imobilizado	14.356	13.930
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.356	13.930
1.02.04	Intangível	3.815	3.884
1.02.04.01	Intangíveis	3.815	3.884
1.02.04.01.02	Intangível	3.815	3.884

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	5.720.875	5.561.174
2.01	Passivo Circulante	1.565.143	1.494.698
2.01.02	Fornecedores	6.493	12.293
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.493	12.293
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.214	4.765
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.214	4.765
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.214	4.765
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.292.079	1.224.090
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.219.574	1.190.828
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.219.574	1.190.828
2.01.04.02	Debêntures	72.505	33.262
2.01.05	Outras Obrigações	257.357	253.550
2.01.05.02	Outros	257.357	253.550
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	214.270	214.270
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	29.870	28.614
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	13.217	10.666
2.02	Passivo Não Circulante	1.807.438	1.814.004
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.452.149	1.451.652
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.905	16.955
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	12.905	16.955
2.02.01.02	Debêntures	1.439.244	1.434.697
2.02.02	Outras Obrigações	32.423	29.398
2.02.02.02	Outros	32.423	29.398
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	32.423	29.398
2.02.03	Tributos Diferidos	322.532	332.620
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	322.532	332.620
2.02.03.01.01	Pis e Cofins diferidos	86.232	87.875
2.02.03.01.02	Impostos e contribuições diferidos	236.300	244.745
2.02.04	Provisões	334	334
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	334	334
2.03	Patrimônio Líquido	2.348.294	2.252.472
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.536	1.312.536
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	345.429	345.429
2.03.04.01	Reserva Legal	89.067	89.067
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	42.095	42.095
2.03.04.10	Reserva especial	214.267	214.267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.822	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	167.372	152.268
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.896	-10.478
3.02.01	Pessoal e administradores	-6.203	-6.067
3.02.02	Material	-1.827	-898
3.02.03	Serviços de terceiros	-2.432	-1.866
3.02.04	Depreciação e amortização	-107	-108
3.02.05	Outros custos operacioanais	-2.327	-1.539
3.03	Resultado Bruto	154.476	141.790
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	29.397	-4.541
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.499	-6.935
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-5.983	-4.597
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-6.213	-1.787
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-261	-265
3.04.02.04	Outras despesas operacionais	-42	-286
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	41.896	2.394
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	183.873	137.249
3.06	Resultado Financeiro	-67.030	-34.578
3.06.01	Receitas Financeiras	9.089	14.285
3.06.02	Despesas Financeiras	-76.119	-48.863
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	116.843	102.671
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.021	-29.837
3.08.01	Corrente	-21.779	-10.400
3.08.02	Diferido	758	-19.437
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	95.822	72.834
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	95.822	72.834
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36365	0,27641
3.99.01.02	PN	0,36365	0,27641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,36365	0,27641
3.99.02.02	PN	0,36365	0,27641

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	95.822	72.834
4.03	Resultado Abrangente do Período	95.822	72.834

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	185.309	172.967
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.354	36.024
6.01.01.01	Resultado de período	95.822	72.834
6.01.01.02	Receita de equivalência patrimonial	-41.896	-2.394
6.01.01.03	Depreciação e amortização	368	373
6.01.01.05	Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	75.815	48.135
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-758	19.437
6.01.01.07	Tributos diferidos	365	-1.673
6.01.01.08	Remuneração do ativo financeiro	-104.362	-100.688
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	159.955	136.943
6.01.02.01	Diminuição de clientes	151.995	141.823
6.01.02.02	(Aumento) redução no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo	11.408	-4.920
6.01.02.04	(Aumento) no saldo de tributos diferidos ativos líquido do passivo	-2.412	0
6.01.02.05	(Aumento) redução no saldo de outros créditos	-2.069	3.274
6.01.02.06	(Redução) no saldo de fornecedores	-5.800	-3.651
6.01.02.07	(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares	1.256	-579
6.01.02.08	Aumento no saldo de outras contas a pagar	5.577	996
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-725	57.904
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de outros investimentos à longo prazo	0	60.998
6.02.02	Adições/baixas no imobilizado, intangível e diferido	-725	0
6.02.03	Aumento de capital na controlada em conjunto	0	-3.094
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.327	-5.170
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	-6.462	-4.188
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	-865	-982
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	177.257	225.701
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	265.593	410.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	442.850	636.036

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.822	0	95.822
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.822	0	95.822
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	345.429	95.822	0	2.348.294

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.834	0	72.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.834	0	72.834
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	601.311	72.834	0	2.581.188

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	181.520	165.833
7.01.02	Outras Receitas	181.520	165.833
7.01.02.01	Operação, manutenção e remuneração do ativo financeiro	171.908	158.021
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	9.612	7.812
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-12.289	-6.375
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.471	-4.551
7.02.04	Outros	-1.818	-1.824
7.03	Valor Adicionado Bruto	169.231	159.458
7.04	Retenções	-368	-373
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-368	-373
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.863	159.085
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.374	16.780
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	41.896	2.394
7.06.02	Receitas Financeiras	9.089	14.285
7.06.03	Outros	389	101
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	220.237	175.865
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	220.237	175.865
7.08.01	Pessoal	10.130	8.862
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.645	7.038
7.08.01.02	Benefícios	3.035	1.373
7.08.01.03	F.G.T.S.	450	451
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	37.776	45.205
7.08.02.01	Federais	37.551	45.196
7.08.02.02	Estaduais	138	9
7.08.02.03	Municipais	87	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	76.509	48.964
7.08.03.01	Juros	74.817	48.080
7.08.03.03	Outras	1.692	884
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	95.822	72.834
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.822	72.834

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	6.607.543	6.484.223
1.01	Ativo Circulante	1.754.579	1.556.749
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	691.090	495.406
1.01.01.01	Caixas e bancos	35.039	34.178
1.01.01.02	Aplicações financeiras	656.051	461.228
1.01.03	Contas a Receber	1.004.641	996.845
1.01.03.01	Clientes	963.799	958.731
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	142.741	138.187
1.01.03.01.02	Ativo financeiro	821.058	820.544
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	40.842	38.114
1.01.03.02.01	Instrumentos financeiros derivativos	1.378	1.927
1.01.03.02.02	Outras	39.464	36.187
1.01.04	Estoques	3.099	3.099
1.01.06	Tributos a Recuperar	55.749	61.399
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	55.749	61.399
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais	55.749	61.399
1.02	Ativo Não Circulante	4.852.964	4.927.474
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.832.303	4.907.087
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	60.714	58.559
1.02.01.03	Contas a Receber	2.929	3.537
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.929	3.537
1.02.01.06	Tributos Diferidos	612.754	619.830
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	611.780	619.449
1.02.01.06.02	Pis e Cofins Diferidos	974	381
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.155.906	4.225.161
1.02.01.09.03	Ativo financeiro	4.146.118	4.215.380
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	9.788	9.781
1.02.03	Imobilizado	14.292	13.940
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	14.292	13.940
1.02.04	Intangível	6.369	6.447
1.02.04.01	Intangíveis	6.369	6.447
1.02.04.01.02	Intangível	6.369	6.447

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	6.607.543	6.484.223
2.01	Passivo Circulante	1.703.948	1.647.891
2.01.02	Fornecedores	14.772	33.009
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.772	33.009
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.873	13.961
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.873	13.961
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.873	13.961
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.378.329	1.307.947
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.305.824	1.274.685
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.305.824	1.274.685
2.01.04.02	Debêntures	72.505	33.262
2.01.05	Outras Obrigações	290.974	292.974
2.01.05.02	Outros	290.974	292.974
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	214.270	214.270
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	40.471	39.435
2.01.05.02.05	Instrumentos financeiros derivativos	0	632
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	36.233	38.637
2.02	Passivo Não Circulante	2.555.301	2.583.860
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.989.889	2.015.405
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	550.645	580.708
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	550.645	580.708
2.02.01.02	Debêntures	1.439.244	1.434.697
2.02.02	Outras Obrigações	38.083	33.553
2.02.02.02	Outros	38.083	33.553
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar	38.083	33.553
2.02.03	Tributos Diferidos	526.400	533.953
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	526.400	533.953
2.02.03.01.01	Pis e Cofins diferidos	186.345	188.237
2.02.03.01.02	Impostos e contribuições diferidos	340.055	345.716
2.02.04	Provisões	929	949
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	929	949
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.348.294	2.252.472
2.03.01	Capital Social Realizado	1.312.536	1.312.536
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	345.429	345.429
2.03.04.01	Reserva Legal	89.067	89.067
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	42.095	42.095
2.03.04.10	Reserva especial	214.267	214.267
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	95.822	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	234.377	157.946
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-19.627	-12.129
3.02.01	Pessoal e administradores	-6.616	-6.144
3.02.02	Material	-2.154	-2.119
3.02.03	Serviços de terceiros	-8.266	-2.170
3.02.04	Depreciação e amortização	-145	-108
3.02.05	Outros custos operacionais	-2.446	-1.588
3.03	Resultado Bruto	214.750	145.817
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.463	-7.046
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.463	-7.046
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-6.125	-4.598
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-7.366	-1.860
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-261	-265
3.04.02.04	Outras despesas operacionais	-711	-323
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	200.287	138.771
3.06	Resultado Financeiro	-64.751	-35.769
3.06.01	Receitas Financeiras	44.825	14.513
3.06.02	Despesas Financeiras	-109.576	-50.282
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.536	103.002
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-39.714	-30.168
3.08.01	Corrente	-37.708	-10.622
3.08.02	Diferido	-2.006	-19.546
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	95.822	72.834
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	95.822	72.834
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	95.822	72.834
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,36365	0,27641
3.99.01.02	PN	0,36365	0,27641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,36365	0,27641
3.99.02.02	PN	0,36365	0,27641

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	95.822	72.834
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	95.822	72.834
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	95.822	72.834

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	226.708	173.211
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	21.024	40.077
6.01.01.01	Resultado do período	95.822	72.834
6.01.01.02	Depreciação e amortização	406	373
6.01.01.03	Provisão para contingências	-20	0
6.01.01.04	Juros e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e mútuo	73.058	49.322
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.006	19.546
6.01.01.06	Tributos diferidos	487	1.689
6.01.01.07	Remuneração do ativo financeiro	-150.735	-103.687
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	205.684	133.134
6.01.02.01	Diminuição de clientes	214.929	143.981
6.01.02.03	(Aumento) redução no saldo de impostos e contrib. sociais ativos líquido do passivo	11.562	-5.272
6.01.02.04	(Aumento) redução no saldo de impostos e contrib. diferidos ativos líquido do passivo	0	19.546
6.01.02.05	(Aumento) no saldo de tributos diferidos ativos líquido do passivo	-2.972	-22.923
6.01.02.06	(Aumento) redução no saldo de outros créditos	-2.127	596
6.01.02.07	(Redução) no saldo de fornecedores	-18.237	-3.333
6.01.02.08	(Redução) aumento no saldo de taxas regulamentares	1.036	-530
6.01.02.09	Aumento no saldo de outras contas a pagar	1.493	1.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.835	60.962
6.02.01	Redução (aumento) no saldo de outros investimentos á longo prazo	-2.155	60.962
6.02.02	Adições/baixas no imobilizado, intangível e diferido	-680	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-28.189	-8.315
6.03.01	Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	-18.847	-5.975
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	-9.342	-2.340
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	195.684	225.858
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	495.406	414.578
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	691.090	640.436

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	345.429	0	0	2.252.472	0	2.252.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.822	0	95.822	0	95.822
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.822	0	95.822	0	95.822
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	345.429	95.822	0	2.348.294	0	2.348.294

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354	0	2.508.354
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.312.536	594.507	601.311	0	0	2.508.354	0	2.508.354
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.834	0	72.834	0	72.834
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.834	0	72.834	0	72.834
5.07	Saldos Finais	1.312.536	594.507	601.311	72.834	0	2.581.188	0	2.581.188

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	256.031	172.055
7.01.02	Outras Receitas	256.031	172.055
7.01.02.01	Operação, manutenção e remuneação do ativo financeiro	240.132	164.333
7.01.02.02	Outras receitas operacionais	15.899	7.722
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-19.417	-8.059
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.786	-6.149
7.02.04	Outros	-1.631	-1.910
7.03	Valor Adicionado Bruto	236.614	163.996
7.04	Retenções	-406	-373
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-406	-373
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	236.208	163.623
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.240	14.614
7.06.02	Receitas Financeiras	44.825	14.513
7.06.03	Outros	415	101
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	281.448	178.237
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	281.448	178.237
7.08.01	Pessoal	10.541	8.922
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.840	7.093
7.08.01.02	Benefícios	3.212	1.374
7.08.01.03	F.G.T.S.	489	455
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	65.094	46.098
7.08.02.01	Federais	64.295	46.089
7.08.02.02	Estaduais	711	9
7.08.02.03	Municipais	88	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	109.991	50.383
7.08.03.01	Juros	108.050	49.378
7.08.03.03	Outras	1.941	1.005
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	95.822	72.834
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	95.822	72.834

Comentário do Desempenho

Resultado Consolidado 1T12

1T12: Crescendo em Ritmo Acelerado

O modelo de negócios da TAESA baseia-se em deals de M&A que criam valor e em uma forte política de dividendos. Neste primeiro trimestre, TAESA endereçou ambas as agendas.

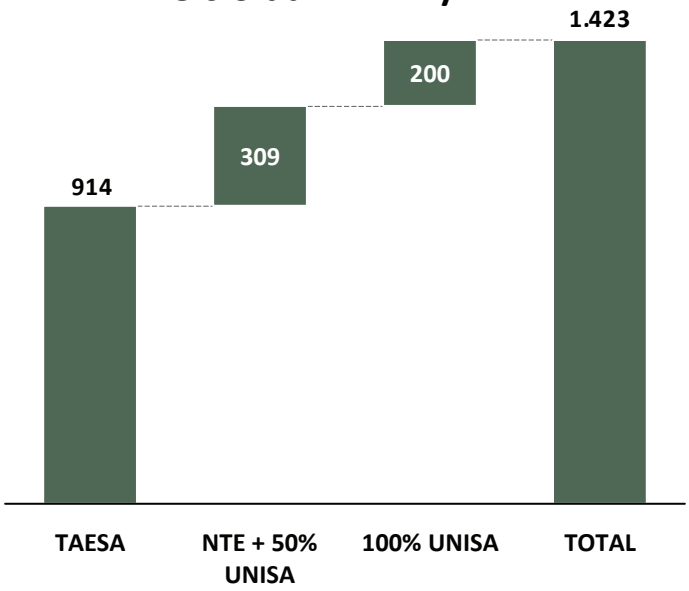
No primeiro trimestre de 2012, a Companhia anunciou um acordo de R$ 863,5 milhões com a ABENGOA para adquirir os 50% restantes da STE, ATE, ATEII e ATEIII, confirmando assim a sua determinação e capacidade de entregar aquisições que agregam valor.

Conforme a empresa cresce, cresce também seu valor de mercado. Apesar da baixa liquidez, TRNA11 superou o índice IBOVESPA, apresentando uma valorização de 60,5% em 2012, fechando cotada à R$ 59,7 em 30 março.

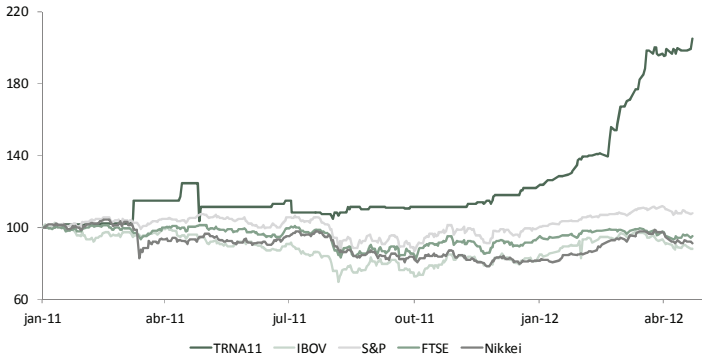
TAESA manteve sua forte política de dividendos, distribuindo o máximo possível referente ao resultado de 2011 . Em 2012, TAESA vai pagar R$ 429MM de dividendos ou R$ 4,9 por UNIT, relativos a distribuição do lucro de 2011.

No primeiro trimestre, o Lucro Líquido atingiu R$ 96 mm, 32% acima do 1T11.

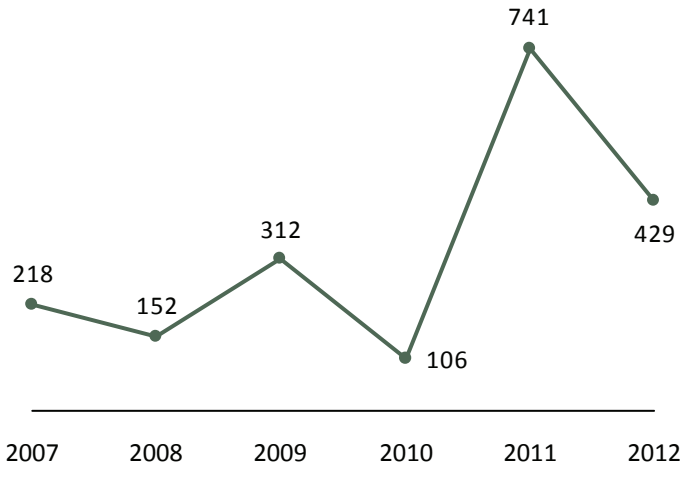
Ciclo da RAP 11/12



Stock Performance



Dividendos (R$ MM)



Comentário do Desempenho

Conhecendo a TAESA

Comentário do Desempenho

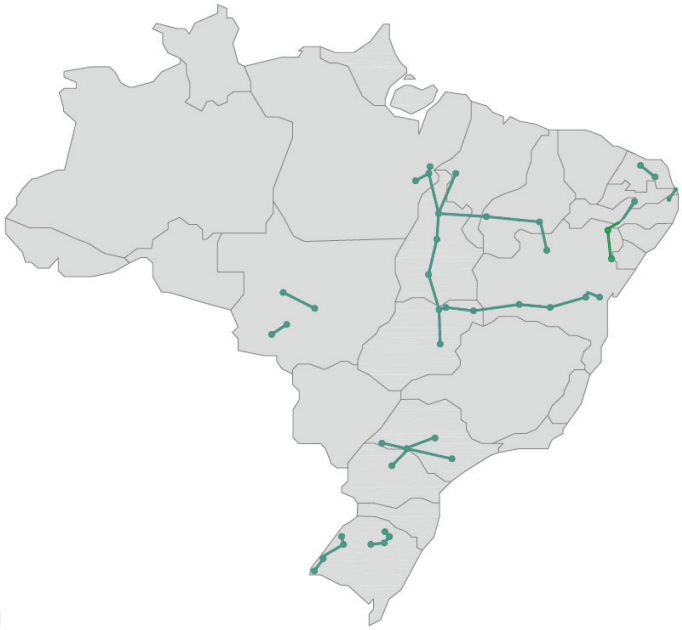
TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Conhecendo a TAESA

Quem é TAESA?

A TAESA , empresa privada, listada em bolsa, controlada por CEMIG GT e FIP COLISEU, exclusivamente dedicada a construção, operação e manutenção de linhas de transmissão, é umas das maiores empresas neste segmento.

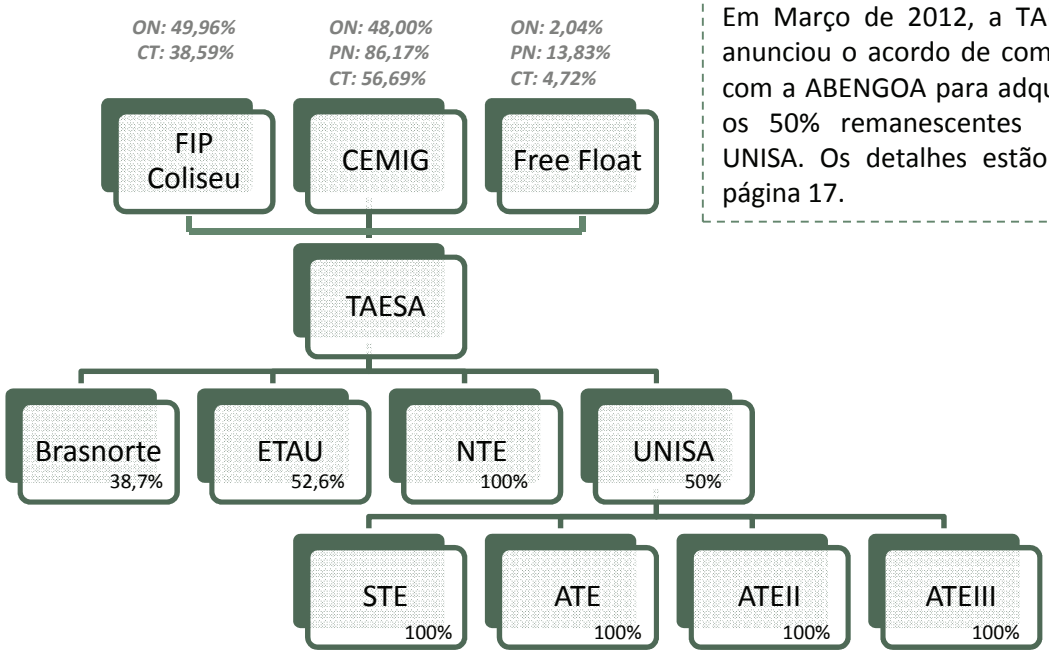
A Companhia detém 13 concessões de 30 anos de duração espalhadas pelo Brasil, totalizando 6.250 km, 47 subestações que variam entre 230 e 500 kV, com um ponto de apoio em todas as regiões do país e um centro de controle em Brasília.



Estrutura Societária

Atualmente a TAESA detém 13 concessões de transmissão, 6 concessões que compõem a empresa holding e 4 subsidiárias, ETAU (53%), BRASNORTE (39%), NTE (100%), e UNISA (50%). Esta última é detentora de 100% de 4 concessões, ATE I, ATE II, ATE III e STE. A Estrutura Societária da TAESA é simples e suas concessões mais importantes estão no nível da holding.

Em Março de 2012, a TAESA anunciou o acordo de compra com a ABENGOA para adquirir os 50% remanescentes da UNISA. Os detalhes estão na página 17.



Taesa holding detém 6 concessões: TSN, NVT, Munirah, Gtesa, Patesa and ETEO

Comentário do Desempenho

TAESA é uma Transmissora Pura

TAESA é exclusivamente dedicada a transmissão de energia. O segmento de transmissão de energia possui o ambiente regulatório mais favorável, não está exposto ao risco de volume e apresenta oportunidades de crescimento interessantes.

O sistema de transmissão brasileiro de energia é chamado de Sistema Interligado Nacional ou SIN. Trata-se de um sistema de geração e transmissão de energia elétrica de grande porte, operado por empresas de natureza privada e pública, gerenciado pelo Operador Nacional do Sistema, o ONS. Segundo o ONS, o SIN é responsável pelo atendimento de cerca de 98% do mercado brasileiro de energia elétrica e a extensão de sua rede atinge aproximadamente 100 mil km de linha com capacidade maior ou igual a 230kV. Todas as concessões da TAESA estão inseridas no SIN.

O desenvolvimento de grandes usinas longe dos principais centros urbanos e projetos de energia renovável cria uma terra de oportunidades para as empresas de transmissão. A localização estratégica das concessões da TAESA é uma vantagem competitiva em oportunidades futuras de crescimento.

Mapa do SIN

TAESA Opera em um Ambiente Regulatório Estável

Os ativos de transmissão que formam essa rede são regulados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Aneel regula o setor de transmissão através de um modelo de *Revenue Cap*, segundo o qual as empresas que operam os ativos recebem receita (RAP – Receita Anual Permitida) baseada na disponibilidade da linha e não no volume de energia transmitido no sistema.

O setor de transmissão implica em baixo risco de inadimplência do cliente. No Brasil, Transcos tem uma base diversificada de clientes. Adicionalmente, estes clientes têm de apresentar garantias financeiras para participar do sistema. Finalmente, no caso de não pagamento por parte de um destes clientes, a quantia a ser faturada será distribuída entre os clientes restantes.

Por que Investir na TAESA?

Taesa tem uma estratégia de crescimento bem definida e uma política forte de dividendos suportada por sua eficiência operacional, fluxo de caixa previsível e altos padrões de governança corporativa.

Concessões de Alta Qualidade	• Ativos de alta qualidade no mercado garantidos no período regulatório mais favorável
Eficiência Operacional	• Operação enxuta, com disponibilidade acima de 99%
Geração Previsível de Fluxo de Caixa	• Receitas garantidas por contratos de concessão ajustadas anualmente pela inflação, alavancagem controlada e baixa necessidade de investimento
Forte Política de Dividendos	• Payout acumulado de 95% (2006-2010) e 87% (2011); Pagamento de dividendo mínimo de 50%, conforme estatuto
Crescimento com Agregação de Valor	• Experiência comprovada - adquiriu 11 empresas desde 2006
Investment Grade	• Avaliado como Investment Grade pelas três principais agências de rating; perspectiva estável
Mix Correto de Expertise	• Bloco de controle combina a maior operadora de *utilities* na América Latina (CEMIG), com experientes gestores de fundos (FIP Coliseu)
Alto padrão de Governança Corporativa	• Registrado no Nível 2 da Bovespa: 100% de tag along garantido, independente da classe

Concessões de Alta Qualidade

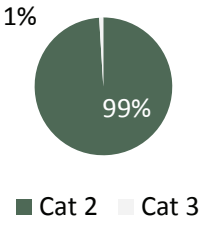
As concessões inseridas na rede de transmissão brasileira têm direito a receber as receitas (RAP) com base na disponibilidade da linha, portanto, não estão expostas ao risco de volume. Essas concessões podem ser divididas em três categorias principais, conforme descrito abaixo:

Categorias	Descrição
1 Antes de 1998	Em 1998, ANEEL definiu a RAP para as concessões existentes. De acordo com o regulamento, estas concessões possuem a RAP ajustada anualmente pelo IGP-M e seus contratos vencem em 2015. Algumas dessas concessões estão sujeitas a revisão tarifária.
2 De 1999 até Nov-2006	Projetos *Greenfield* leiloados entre 1999 e novembro de 2006. A RAP dessas concessões foi definida em um processo de leilão reverso e são ajustadas anualmente pelo IGPM (até 2004) ou pelo IPCA. No 16º ano de operação, essas concessões terão suas RAPs reduzidas pela metade. Por outro lado não sofrem revisão tarifária ao longo do período de concessão. Estas concessões foram outorgadas por 30 anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.
3 A partir de Nov-2006	Projetos *Greenfield* leiloados a partir de novembro de 2006. A RAP dessas concessões é definida em um processo de leilão reverso e são ajustadas anualmente pelo IPCA e sofrerão periodicamente uma revisão tarifária restrita. Estas concessões são outorgadas por 30 anos, a contar da data da assinatura do contrato de concessão.

As concessões da TAESA estão concentradas principalmente na categoria 2 conforme mostrado na tabela abaixo.

Concessão	Categoria	Participação	Km	Assinatura do Contrato	Redução da RAP	Fim	Índice	Nº SE	Revisão Tarifária
NVT	2	100,0%	1.278	2000	jul/18	dez/30	IGPM	6	NÃO
TSN	2	100,0%	1.069	2000	jun/18	dez/30	IGPM	6	NÃO
ETEO	2	100,0%	502	2000	out/16	mai/30	IGPM	3	NÃO
ETAU	2	52,6%	188	2002	jul/20	dez/32	IGPM	4	NÃO
PATESA	2	100,0%	135	2002	jun/19	dez/32	IGPM	2	NÃO
GTESA	2	100,0%	51	2002	jun/19	jan/32	IGPM	2	NÃO
MUNIRAH	2	100,0%	107	2004	out/19	fev/34	IGPM	2	NÃO
BRASNORTE	3	38,7%	382	2008	NÃO	fev/38	IPCA	4	SIM
NTE	2	100,0%	383	2002	jan/19	jan/32	IGPM	3	NÃO
STE	2	50,0%	389	2001	jul/19	dez/32	IGPM	4	NÃO
ATE	2	50,0%	370	2004	fev/21	fev/34	IGPM	4	NÃO
ATE II	2	50,0%	942	2005	nov/21	mar/35	IGPM	3	NÃO
ATE III	2	50,0%	454	2006	abr/23	abr/36	IPCA	4	NÃO

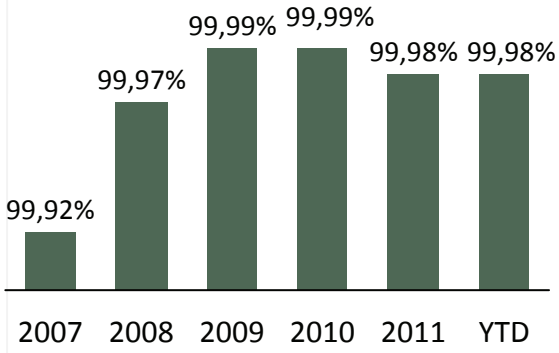
TAESA
RAP por Categoria



Comentário do Desempenho

Eficiente na Frente Operacional

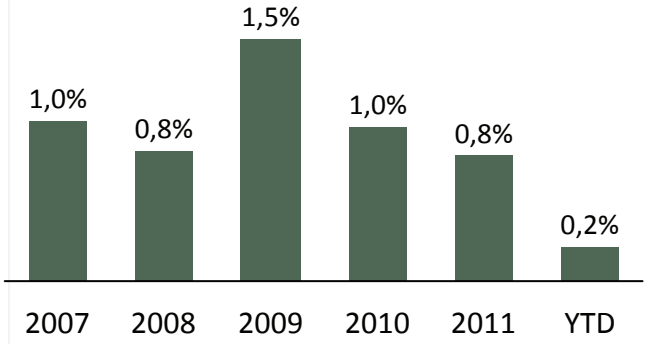
A TAESA apresentou um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, tendo mantido regularmente a disponibilidade da linha acima de 99%. A TAESA apresentou nos últimos 12 meses uma taxa média consolidada de disponibilidade de 99,98%, conforme gráfico abaixo.



A Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contida em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km

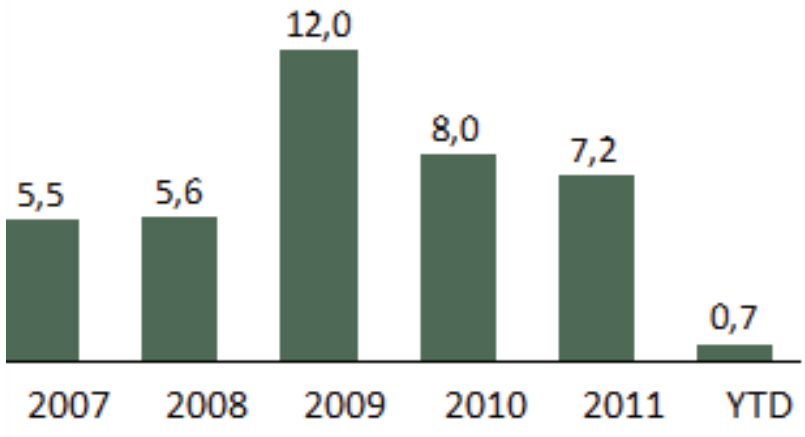
$$\sum \frac{(Extensão\ da\ Linha\ x\ horas\ disponiveis)/100}{(Extensão\ da\ Linha\ x\ 8.670horas)/100}\ x\ 100$$

A disponibilidade da linha, conforme apresentado no gráfico acima, é um indicador operacional relevante, mas é uma medida de tempo. O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV).



Devido ao comportamento aleatório da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia em termos de PV é analisar o valor anual da PV dividido pela RAP anual, como mostra o gráfico à esquerda. Em 1T12 a PV/RAP atingiu **0,2%.**

O gráfico abaixo mostra a evolução da PV em R$/milhões.



Proteção Natural Contra a Inflação

Como as receitas são ajustadas anualmente pelo IGPM ou IPCA, o negócio da TAESA é naturalmente protegido contra aumentos de inflação.

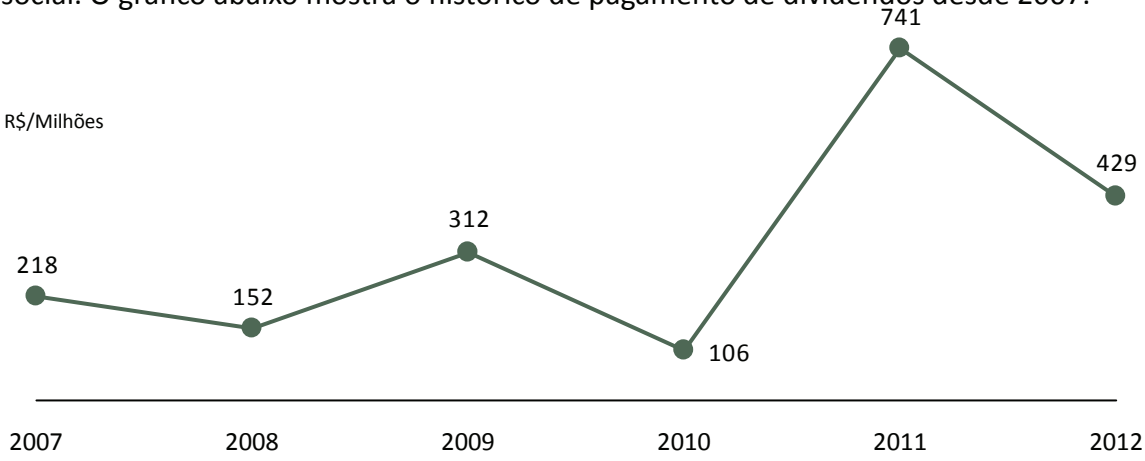
Ciclo	IPCA	IGP-M
2007/2008	*3,2%*	*4,4%*
2008/2009	*5,6%*	*11,5%*
2009/2010	*5,2%*	*3,6%*
2010/2011	*5,2%*	*4,2%*
2011/2012	*6,6%*	*9,8%*

A RAP é anualmente ajustada a cada 1º de julho, pelo índice de inflação 12 meses (IGPM ou IPCA), de junho do ano anterior à maio do ano em referência. A tabela à esquerda mostra o ajuste anual da RAP desde 2007.

Em junho de 2011 a ANEEL publicou o Ciclo da RAP 2011/2012, conforme o detalhe apresentado na página 22.

Histórico de Dividendos

A TAESA tem uma política focada em maximizar o pagamento de dividendos, garantindo, pelo menos, a distribuição de 50% de seu lucro líquido, conforme estatuto social. O gráfico abaixo mostra o histórico de pagamento de dividendos desde 2007.



Pagamento de dividendos em 2011

Em 2011, a Companhia pagou 95% do Lucro Líquido de 2010 e também uma Reserva de Lucros Acumulados criada devido à adoção do IFRS. O montante total de R$ 741MM foi alcançado em 31 de outubro de 2011, quando a TAESA pagou o saldo de R$ 333MM referentes a reserva de lucro.

O pagamento desta reserva é um evento extraordinário, que provavelmente não ocorrerá novamente no futuro, já que decorre de alterações nos princípios contábeis, devido à migração para o IFRS.

A tabela abaixo mostra o cronograma de pagamento de dividendos de 2011.

	mai/11	out/11	Total
DPA (R$)	1,55	1,27	2,81
DPU (R$)	4,64	3,80	8,43

Pagamento de dividendos em 2012

O conselho de administração aprovou a proposta de distribuição de dividendos de R$ 429 MM relativos aos lucros auferidos no exercício de 2011 (87% do Lucro Líquido de 2011). Esta proposta foi aprovada na AGO do dia 27 de abril de 2012.

R$ (MM)	Total
Dividendos	429
DPA	1,63
DPU	4,88

Crescimento com Agregação de Valor

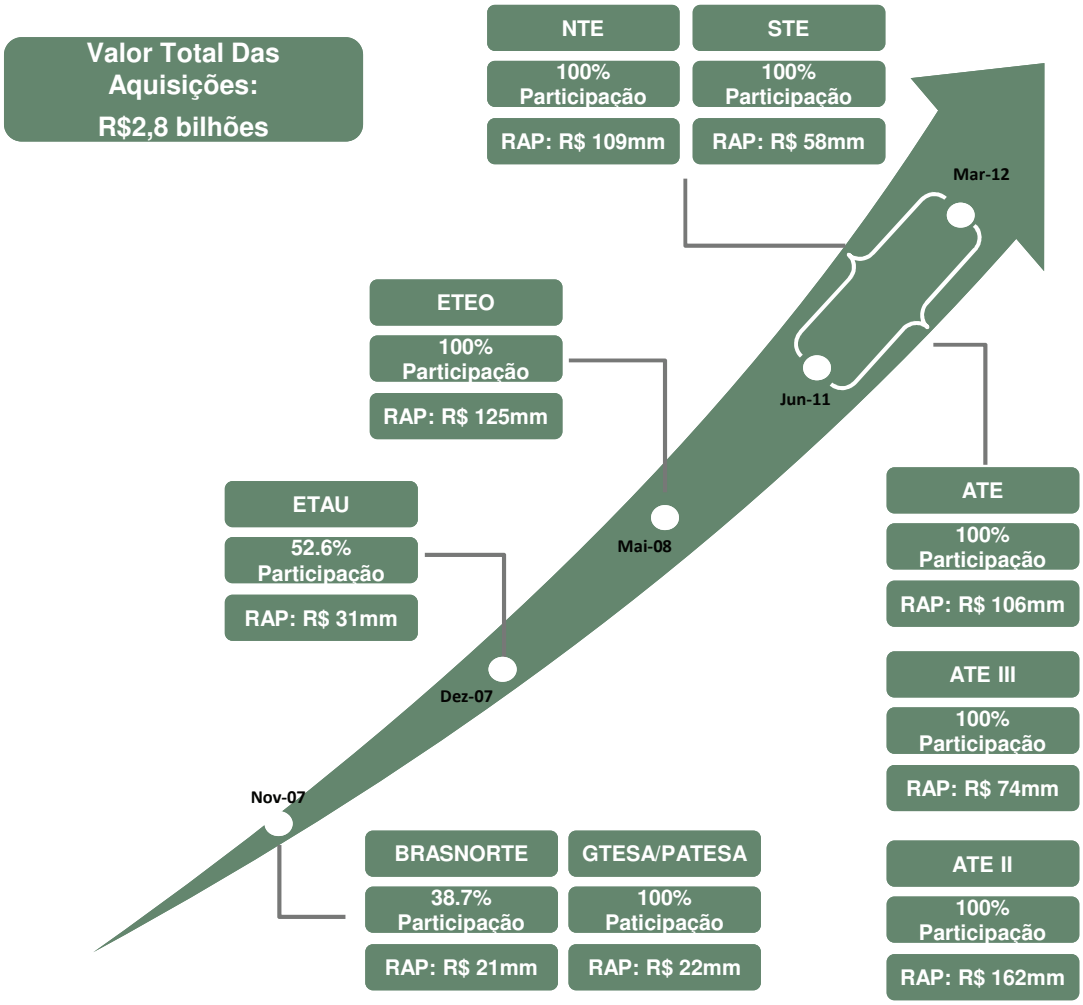
Desde 2006, a Companhia tem buscado o crescimento através da aquisição de ativos existentes (mercado secundário) bem como através dos leilões de projetos *greenfield* (mercado primário).

Entre 2006 e 2008, a Companhia adquiriu 5 concessões no mercado secundário e ganhou 1 projeto *greenfield,* totalizando 6 novas concessões.

Em junho de 2011, a TAESA anunciou um negócio com a ABENGOA de R$ 1,1 bilhão para adquirir uma concessão (NTE) e 50% de outras 4 concessões (ATE, ATE II, ATE III e STE). O negócio foi concluído em 30 de Novembro de 2011.

Em março de 2012, a TAESA anunciou o acordo de compra com a Abengoa para adquirir os 50% remanescentes da UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE). Os detalhes estão mostrados na página 17.

O negócio com a ABENGOA está alinhado com a estratégia de crescimento da empresa baseado em ativos de alta qualidade, disciplina financeira e de sinergia geográfica com a atual base de ativos da TAESA.



Histórico de Acesso ao Mercado de Dívida

A Companhia tem acessado o mercado de dívida local desde 2008 e durante este período emitiu 3 séries de notas promissórias e 2 séries de debêntures. A tabela abaixo mostra o histórico de acesso da Companhia ao MLD.

	Ano	Tipo	Descrição
✓ **Liquidada**	Maio/2008	2ª Emissão de Notas Promissórias	• Valor: R$ 570 milhões • Remuneração: CDI + 1,15% • Uso dos Recursos: Aquisição da ETEO
✓ **Liquidada**	Outubro/2009	3ª Emissão de Notas Promissórias	• Valor: R$ 550 milhões • Remuneração: 113% do CDI • Uso dos Recursos: Completar o pagamento antecipado do mútuo celebrado com a Terna S.p.A. em 16 de fevereiro de 2009
✓ **2013-14-15**	Julho/2010	1ª Emissão de Debêntures	• Valor: R$600 milhões • Remuneração: R$600 milhões em Debêntures, sendo R$345 milhões referentes a Primeira Série (CDI + 1,30%) e R$255 milhões referentes a Segunda Série (IPCA + 7,91%) • Uso dos Recursos: Pagamento integral da 3ª Emissão das notas promissórias
✓ **2014-15** ✓ **2016-17**	Novembro/10	2ª Emissão de Debêntures	• Valor: R$815 milhões • Remuneração: R$425 milhões referentes a Primeira Série (CDI + 1,40%), R$390 milhões referentes à Segunda e Quarta Série (CDI+ 1,60%) • Uso dos Recursos: Pré-Pagamento do BNDES
✓ **Novembro 2012**	Novembro/11	Quarta Emissão de Notas Promissórias	• Valor: R$1,170 bilhão • Remuneração: 105,5% do CDI • Uso dos Recursos: Aquisição dos Ativos da ABENGOA.

Obs: Primeira Nota Promissória foi cancelada

Governança Corporativa

CEMIG GT e FIP COLISEU possuem juntos 98% do capital votante. A combinação da maior operadora de *utilities* na América Latina, CEMIG, e investidores que possuem sólida experiência em finanças corporativas, FIP COLISEU, assegura uma atraente mescla de qualidades.

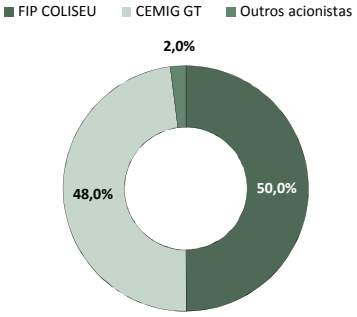
A alta administração da empresa tem experiência significativa no setor e é acompanhada de perto pelos Acionistas Controladores, pelo Conselho de Administração e o pelo Conselho Fiscal, através da presença ativa de três comitês: de gestão, financeiro e de auditoria. O principal papel desses comitês é filtrar e analisar os assuntos que serão submetidos à aprovação do Conselho de Administração e Fiscal. A governança corporativa da TAESA é projetada para garantir um funcionamento transparente para seus acionistas.

Governança Corporativa

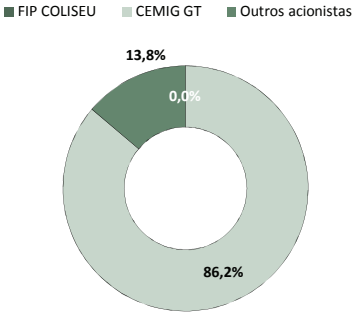
	CEMIG	FIP	Independente
Conselho de Administração	4	5	2
Conselho Fiscal	2	2	1
Comitê de Gestão	4	-	-
Comitê de Finanças	2	3	-
Comitê de Auditoria	2	2	-
Diretoria Estatutária	3	-	-

Atualmente, a Companhia possui 4.148.824 Units negociados na BMF&Bovespa. O Unit TRNA11 é composto por 1 ação ordinária (ON) e 2 ações preferenciais (PN). A Companhia é registrada no Nível 2 de governança corporativa e concede 100% Tag Along a todos os acionistas, independente da classe.

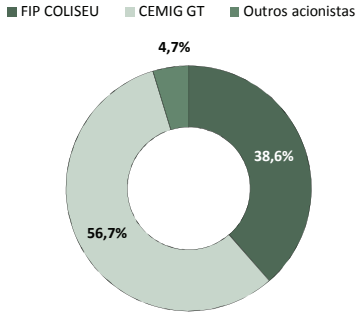
Ações Ordinárias (Votante)



Ações Preferenciais (Não-Votante)



Capital Total



Comentário do Desempenho

Destaque

Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Destaque

Aquisição Relevante

Em junho de 2011, a TAESA anunciou um acordo de R$ 1,1 bilhão com a ABENGOA, para adquirir uma concessão (NTE) e 50% de 4 outras concessões (ATE, ATE II, ATE III e STE). O negócio foi concluído em 30 de Novembro de 2011.

Em março de 2012, a TAESA anunciou o acordo de compra com a Abengoa para adquirir os 50% remanescentes da UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE).

A Companhia pagará pela aquisição o valor total de R$ 863,5 milhões referente à data-base de 31/12/2011.

A TAESA possui situação financeira confortável e levantará os recursos necessários para financiar esta aquisição junto ao mercado financeiro.

O negócio deverá ser fechado nos próximos meses, após a aprovação da ANEEL, BNDES, BID e COFIDES.

O negócio com a ABENGOA está alinhado com a estratégia de crescimento da empresa baseado em ativos de alta qualidade e disciplina financeira já que os ativos adquiridos tem vários aspectos em comum com a atual base de ativos da TAESA:

- Todas as concessões adquiridas estão na categoria 2;
- Algumas das concessões adquiridas tem uma sinergia geográfica interessante com os ativos atuais, como apresentado no gráfico acima à direita;

Concessão	Categoria	Assinatura do Contrato	Redução da RAP	Fim	Índice	Revisão Tarifária
STE	2	2001	Jul/19	Dez/32	IGP-M	NÃO
ATE I	2	2004	Fev/21	Fev/34	IGP-M	NÃO
ATE II	2	2005	Nov/21	Mar/35	IGP-M	NÃO
ATE III	2	2006	Abr/23	Abr/36	IPCA	NÃO

Comentário do Desempenho

Resultados 1T12

Detalhamento das Receitas

As receitas da TAESA estão principalmente concentradas nas **Receitas de O&M** e na **Remuneração de Recebíveis.** No 1T12 a TSN e UNISA contabilizaram Receita de Construção. A abertura de cada parte da Receita IFRS será mostrada nas tabelas desta seção.

- Receita de O&M

A Receita de **O&M** de cada concessão está descrita na segunda coluna da tabela abaixo. **A Receita de O&M** será anualmente ajustada pela inflação (IGPM ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

R$ MM — 1T12

Concessão	O&M	PV	O&M (DRE)
NVT	19,8	-0,3	19,5
TSN	36,1	-0,3	35,8
MUN	2,5	0,0	2,5
GTE	0,3	0,0	0,3
PAT	0,7	0,0	0,7
ETE	7,5	0,0	7,5
ETA	1,4	-0,0	1,4
BRA	0,5	-0,0	0,5
NTE	6,1	0,0	6,1
UNISA	14,1	-0,0	14,1
Consolidado	**89,1**	**-0,7**	**88,4**

No DRE, a **Receita de O&M** está contabilizada líquida da PV como mostrado na área

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

- Remuneração de Recebíveis

A **Remuneração de Recebíveis** de cada concessão está descrita na segunda coluna da tabela abaixo. A **Remuneração de Recebíveis** é o resultado da multiplicação de uma taxa de retorno pelo saldo do Ativo Financeiro. No DRE, a **Remuneração de Recebíveis** é contabilizada junto com outros itens como mostrado na área

R$ MM — 1T12

Concessão	Remuneração de Recebíveis	Construção	Outros	Remuneração de Recebíveis (DRE)
NVT	52,2	0,0	0,0	52,2
TSN	32,9	1,2	0,0	34,1
MUN	2,7	0,0	0,0	2,7
GTE	0,9	0,0	0,0	0,9
PAT	2,2	0,0	0,0	2,2
ETE	13,5	0,0	0,0	13,5
ETA	1,0	0,0	0,0	1,0
BRA	1,5	0,0	0,0	1,5
NTE	15,7	0,0	0,0	15,7
UNISA	28,2	-0,2	0,0	28,0
Consolidado	**150,7**	**1,0**	**0,0**	**151,7**

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Resultados do 1T12

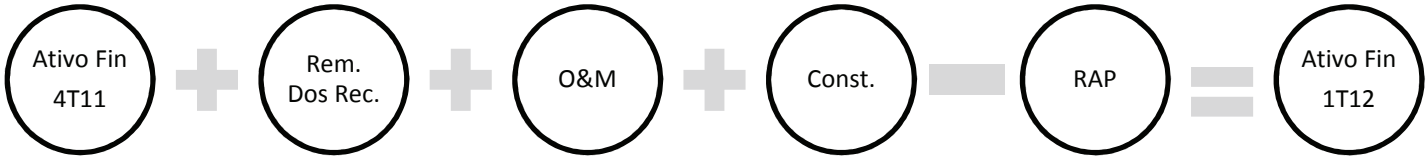
- A Remuneração de Recebíveis x Ativo Financeiro

A **Remuneração de Recebíveis** é o resultado da multiplicação de uma taxa de retorno pelo saldo do Ativo Financeiro. A variação do Ativo Financeiro pode ser calculada conforme a tabela abaixo.

R$ MM	4T11	1T12	1T12	1T12	1T12	1T12
Concessão	Ativo Financeiro	Remuneração de Recebíveis	O&M	Construção	RAP	Ativo Financeiro
NVT	1.539,7	52,2	19,8	0,0	-92,6	1.519,1
TSN	992,7	32,9	36,1	1,2	-86,6	976,3
MUN	94,4	2,7	2,5	0,0	-6,6	93,0
GTE	31,7	0,9	0,3	0,0	-1,6	31,3
PAT	78,4	2,2	0,7	0,0	-3,9	77,5
ETE	499,3	13,5	7,5	0,0	-31,3	488,9
ETA	63,6	1,0	1,4	0,0	-3,9	62,1
BRA	105,0	1,5	0,5	0,0	-2,3	104,7
NTE	448,5	15,7	6,1	0,0	-27,3	443,1
UNISA	1.144,0	28,2	14,1	-0,2	-52,5	1.133,6
Consolidado	**4.997,2**	**150,7**	**89,1**	**1,0**	**-308,4**	**4.929,6**

✓ O valor consolidado considera a participação da ETAU, Brasnorte e UNISA.

✓ O valor total do ativo financeiro é líquido do valor de indenização das concessões, do ágio da ETAU e de outros recebíveis.



- Como encontrar o Ativo Financeiro no Balanço Patrimonial

O ativo financeiro é contabilizado dentro da conta **Clientes e Ativo Financeiro.** O valor total da conta **Clientes e Ativo Financeiro** é a soma do Ativo Financeiro, Clientes, valor de indenização das concessões e do ágio da ETAU.

R$ MM					1T12
Concessão	Ativo Financeiro	Clientes	Indenização	Ágio da ETAU	Ativo Financeiro (BP)
NVT	1.519,1	43,4	2,1	0,0	1.564,6
TSN	976,3	37,7	2,4	0,0	1.016,4
MUN	93,0	3,0	0,0	0,0	96,0
GTE	31,3	0,7	0,0	0,0	32,0
PAT	77,5	1,8	0,0	0,0	79,2
ETE	488,9	14,8	0,3	0,0	504,0
ETA	62,1	1,7	0,0	34,3	98,1
BRA	104,7	1,0	0,0	0,0	105,7
NTE	443,1	12,9	0,0	0,0	456,0
UNISA	1.133,6	25,7	0,0	0,0	1.159,3
Consolidado	**4.929,6**	**142,7**	**4,7**	**34,3**	**5.111,3**

A tabela à esquerda mostra a quebra do item **Clientes e Ativo Financeiro.**

O valor contabilizado no Balanço Patrimonial está descrito na área

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Resultados do 1T12

Ciclo da RAP

RAP (R$ MM)	Ciclo 2004/2005	Ciclo 2005/2006	Ciclo 2006/2007	Ciclo 2007/2008	Ciclo 2008/2009	Ciclo 2009/2010	Ciclo 2010/2011	Ciclo 2011/2012
Ajuste IGP-M	*7,0%*	*9,1%*	*-0,3%*	*4,4%*	*11,5%*	*3,6%*	*4,2%*	*9,8%*
Novatrans	246,9	269,3	268,5	280,3	312,6	324,0	337,5	370,5
TSN*	224,6	245,0	244,2	254,9	287,4	303,2	315,4	346,2
TSN LT Camaçari II/Sapeaçu (Munirah)	0,0	18,4	18,3	19,1	21,3	22,1	23,0	26,0
TSN LT Goianinha/Mussuré (GTESA)	4,2	4,6	4,6	4,8	5,3	5,5	5,8	6,3
TSN LT Paraíso/Açu (PATESA)	9,9	10,8	10,7	11,2	12,5	13,0	13,5	15,2
ETAU [1]**	9,3	12,7	12,6	13,1	14,6	15,2	14,8	16,3
ETEO	83,5	91,1	90,8	94,8	105,8	109,6	114,2	125,4
NTE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	109,1
STE [1]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	29,1
ATEI [1]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	53,1
ATEII [1]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	80,8
Ajuste IPC-A	*5,2%*	*8,1%*	*4,2%*	*3,2%*	*5,6%*	*5,2%*	*5,2%*	*6,6%*
Brasnorte [1]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	6,3	6,7	8,1
ATEIII [1]	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	37,1
Total	**578,4**	**651,9**	**649,8**	**678,3**	**759,6**	**799,0**	**830,8**	**1.223,3**

Incluindo os projetos de reforços de Bom Jesus da Lapa, Serra da Mesa e Serra da Mesa II
*** Incluindo DIT dedicada a RGE*
1 Valor de RAP proporcional a participação da TAESA
A RAP das concessões Munirah, Patesa, ETAU e Brasnorte tiveram um acréscimo acima do ajuste anual da inflação para compensar o valor de RGR do primeiro semestre de 2011

- 1T12 Detalhamento da RAP por Concessão

R$ MM

Concessão	RAP	PV	1T12 Receita pela disponibilização
NVT	92,6	-0,3	92,3
TSN	86,6	-0,3	86,2
MUN	6,6	0,0	6,6
GTE	1,6	0,0	1,6
PAT	3,9	0,0	3,9
ETE	31,3	0,0	31,3
ETA	3,9	-0,0	3,9
BRA	2,3	-0,0	2,2
NTE	27,3	0,0	27,3
UNISA	52,5	-0,0	52,4
Consolidado	**308,4**	**-0,7**	**307,8**

O valor Consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da TAESA

A tabela à esquerda apresenta a abertura da Receita de Disponibilização por concessão no 1T12.

A PV do trimestre totalizou R$ 0,7 MM, representando 0,2% da RAP do trimestre.

Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Resultados do 1T12

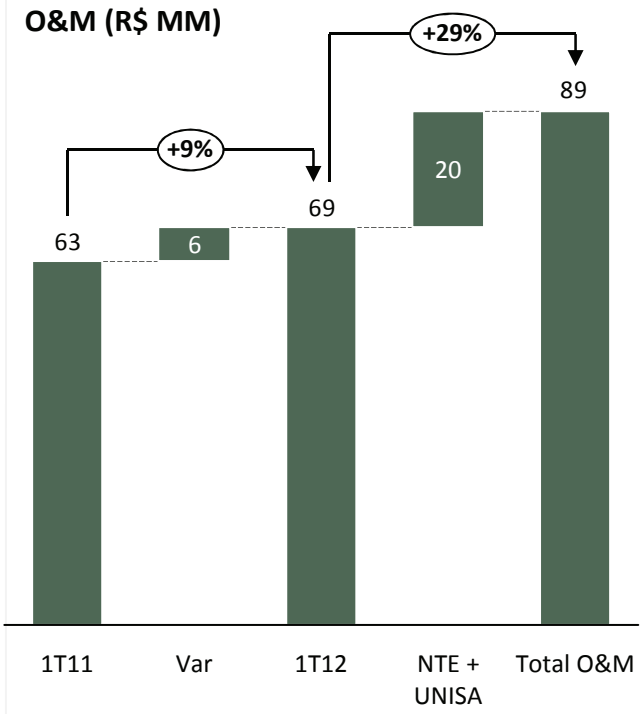
Receita Líquida

No 1T12 Receita Líquida atingiu R$ 234,4 MM, 48,4% acima YoY.

A tabela abaixo apresenta as Receitas Líquidas comparando os resultados YoY.

R$ MM	IFRS			
Receita Liquida	1T12	1T11	Var.	Var. %
RAP Concessionárias	0,0	0,0		
PV	-0,7	-4,0	3,3	-83,7%
Receita do Serviço	**-0,7**	**-4,0**	**3,3**	**-83,7%**
Beneficio Fiscal	16,3	7,6	8,6	113,3%
Outras Receitas	-0,4	0,1	-0,5	-482,0%
Total de Outras Receitas	**15,9**	**7,7**	**8,2**	**105,9%**
Operação e Manutenção	89,1	63,0	26,0	41,3%
Remuneração dos recebíveis	150,7	103,6	47,2	45,5%
Construção	1,0	1,1	-0,1	-12,9%
Outras*	0,0	0,6	-0,6	-98,7%
Total Receita IFRS	**240,8**	**168,3**	**72,5**	**43,0%**
Total Receita Bruta	**256,0**	**172,1**	**84,0**	**48,8%**
Deduções	-21,7	-14,1	-7,5	**53,5%**
Total Receita Liquida	**234,4**	**157,9**	**76,4**	**48,4%**

*Indenização, Ajustes Contábeis, outros



Receita de O&M consolidada da TAESA aumentou 9%, não considerando os ativos adquiridos da ABENGOA.

UNISA e NTE contribuíram com R$ 20MM na receita consolidada de O&M no 1T12.

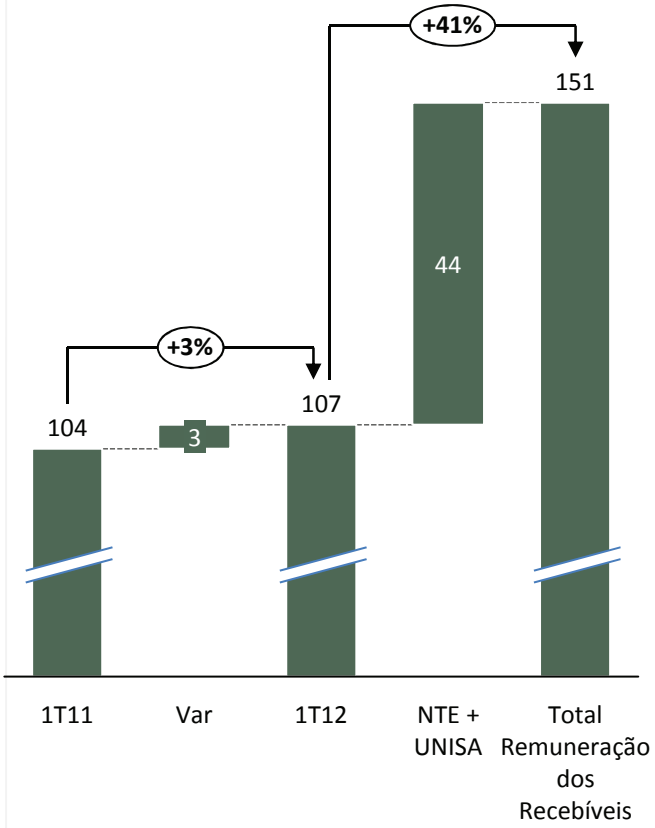
Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Resultados do 1T12

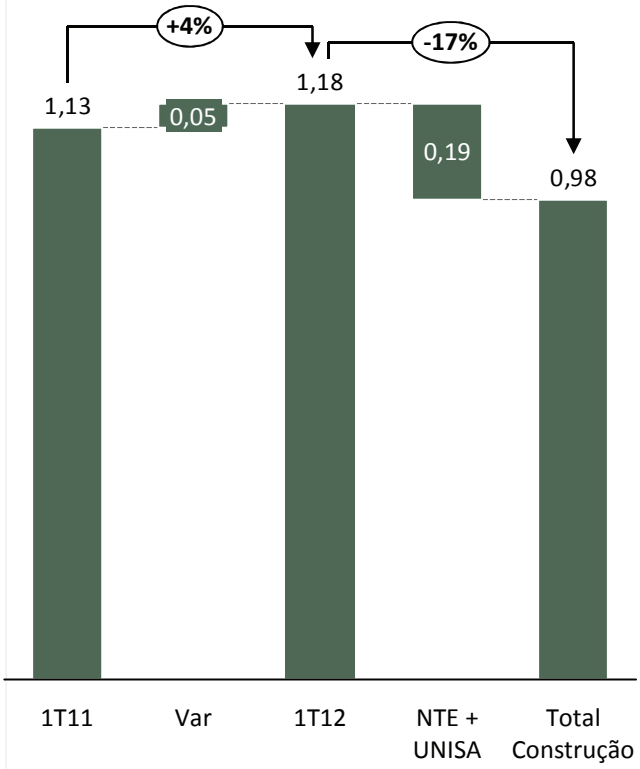
Remuneração dos Recebíveis (R$ MM)



Remuneração dos Recebíveis consolidado da TAESA aumentou 3%, sem considerar os ativos adquiridos da ABENGOA.

UNISA e NTE contribuíram com R$ 44 milhões no Ativo Financeiro consolidado do 1T12.

Construção (R$ MM)



Receita de Construção da TAESA consolidada aumentou 4% sem considerar os ativos adquiridos da ABENGOA.

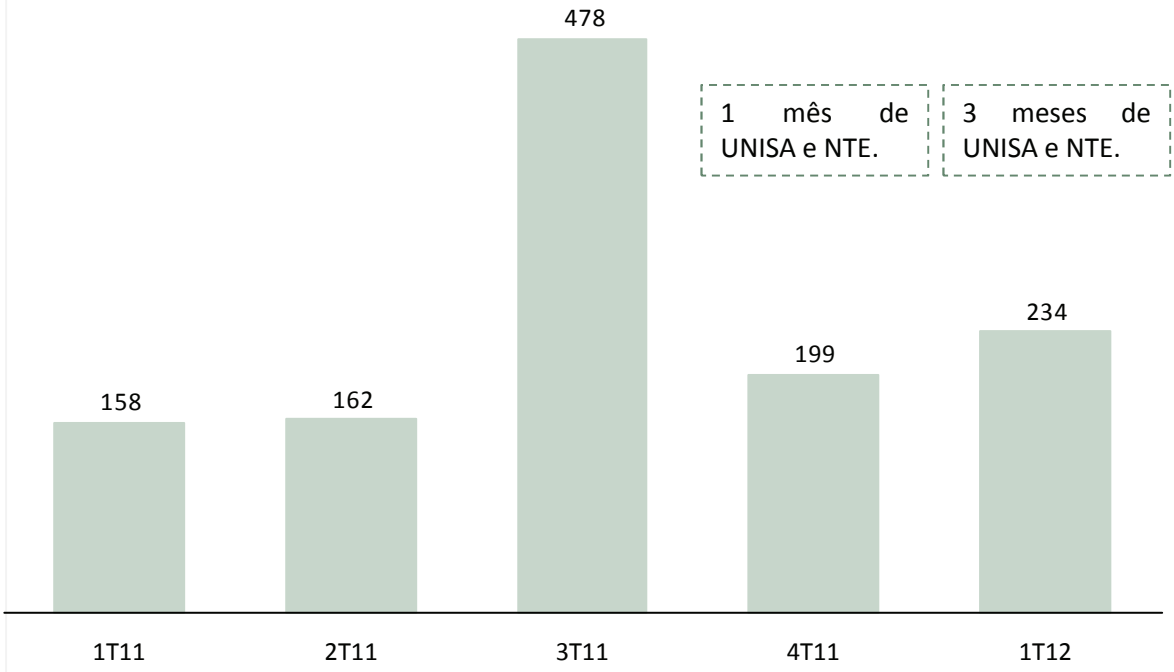
O impacto da UNISA e NTE na Receita de Construção consolidada do 1T12 não foi relevante.

Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

Resultados do 1T12

Receita Líquida



Na demonstração de resultados, a variação monetária causada pelo ajuste da inflação sobre a RAP foi integralmente reconhecida no 3º trimestre e totalizou aproximadamente R$ 312 MM.

Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

Resultados do 1T12

Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

No 1T12 Custos e Dep/Amort atingiram R$ 34,1 MM, 77,8% acima YoY.

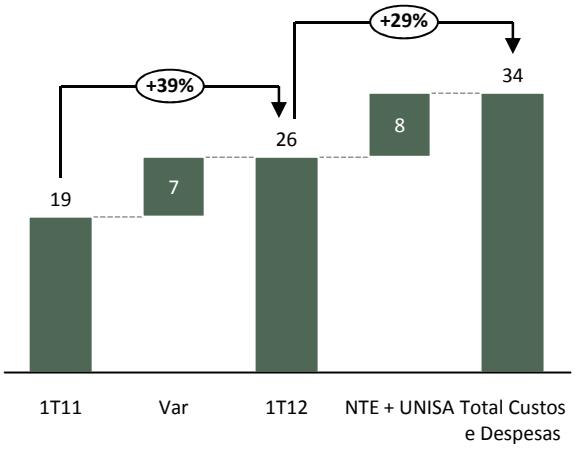
A tabela abaixo apresenta os Custos, Despesas e Dep/Amort comparando os resultados YoY.

R$ MM	IFRS			
Custos e Desp. Operacionais	1T12	1T11	Var.	Var. %
Pessoal	-12,7	-10,7	-2,0	*18,6%*
Material	-2,2	-2,1	-0,0	*1,7%*
Serviços de Terceiros	-15,6	-4,0	-11,6	*287,9%*
G&A e Outros	-3,2	-1,9	-1,2	*65,2%*
Total	**-33,7**	**-18,8**	**-14,9**	**79,2%**
Dep/Amort	- 0,4	- 0,4	- 0,0	*8,8%*
Total	**-34,1**	**-19,2**	**-14,9**	**77,8%**

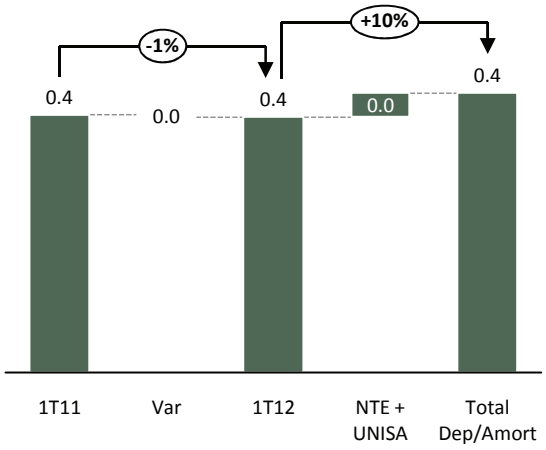
Comparando Resultados YoY

No 1T12 Custos totalizaram R$ 33,7 MM, R$ 14,9 MM (79,2%) acima YoY. Dep/Amort totalizou R$ 0,4 MM sem diferença YoY.

Custos e Despesas (R$MM)



Dep/Amort (R$MM)



A combinação dos Custos, Despesas e Dep/Amort totalizou R$34.1MM, R$ 14.9MM (77.8%) acima YoY principalmente devido aos serviços de terceiros prestado pela OMEGA, empresa de operação e manutenção da ABENGOA e também devido a projetos de M&A e consultorias, não recorrentes.

A linha de pessoal foi maior devido ao ajuste nos salários e também devido aos funcionários da NTE.

Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

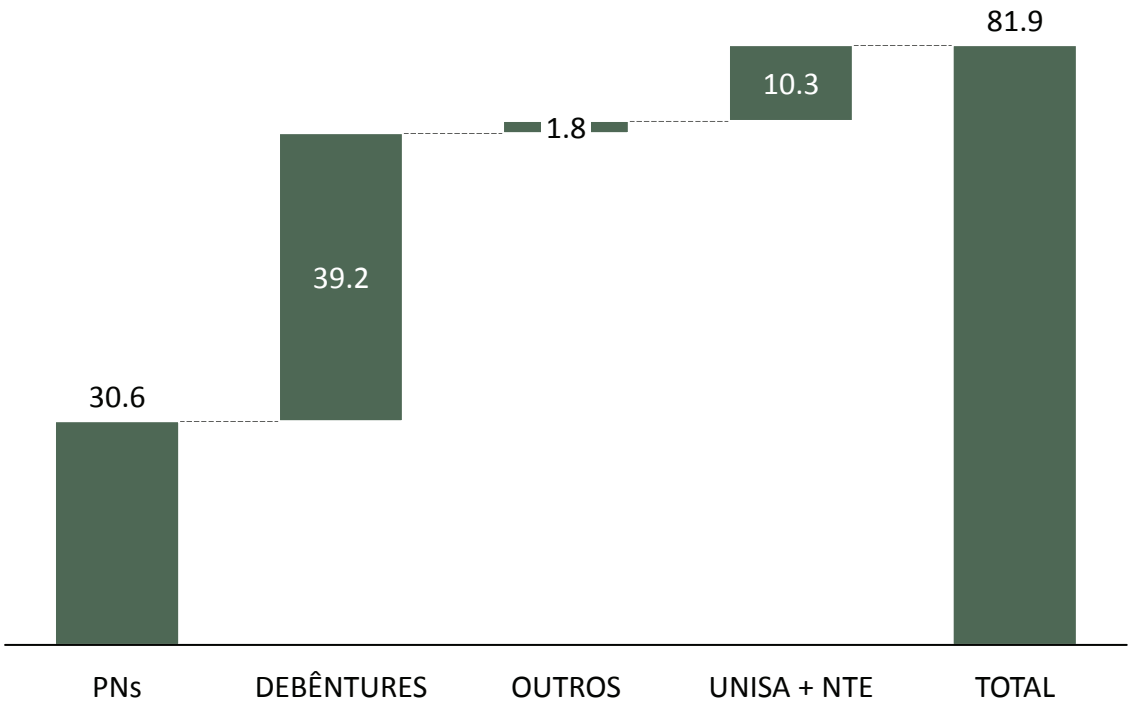
Comentário do Desempenho

Despesas Financeiras Líquidas

No 1T12 Despesas Financeiras Líquidas atingiram R$ 64,8 MM, 81% acima YoY.

R$ MM				
Resultado Financeiro	1T12	1T11	Var.	Var. %
Receitas Financeiras				
Renda de aplicação financeira	14,8	14,4	0,4	2,7%
Despesas Financeiras				
Encargos de Dividas	-82,0	-43,3	-38,7	89,3%
Variações Monetárias e Cambiais	3,9	-6,0	9,9	-165,6%
Outras Despesas Financeiras	-1,5	-0,9	- 0,6	68,8%
Total	**-64,8**	**-35,8**	**-29,0**	**81,0%**

Despesas Financeiras (R$ MM)



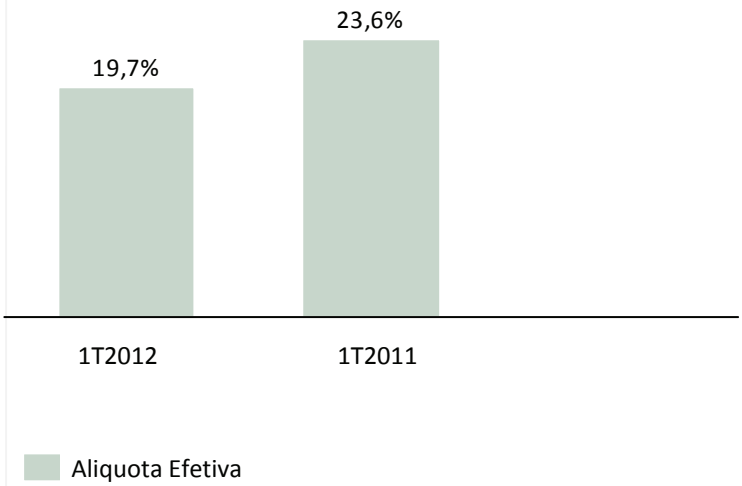
Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

Impostos

Total de Impostos (IR/CSLL) totalizou R$ 39,7 MM, 31,6% YoY.

O gráfico abaixo demonstra a alíquota efetiva de impostos consolidada:



- Regime e Benefício Fiscal

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim
TAESA	"Real"	"Sudam/Sudene"	68%	2013
ETAU	"Presumido"	-	-	-
BRASNORTE	"Real"	-	-	-
NTE	"Real"	"Sudene"	100%	2013
STE	"Presumido"	-	-	-
ATE I	"Presumido"	-	-	-
ATE II	"Real"	"Sudam/Sudene"	100%	2016
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2018

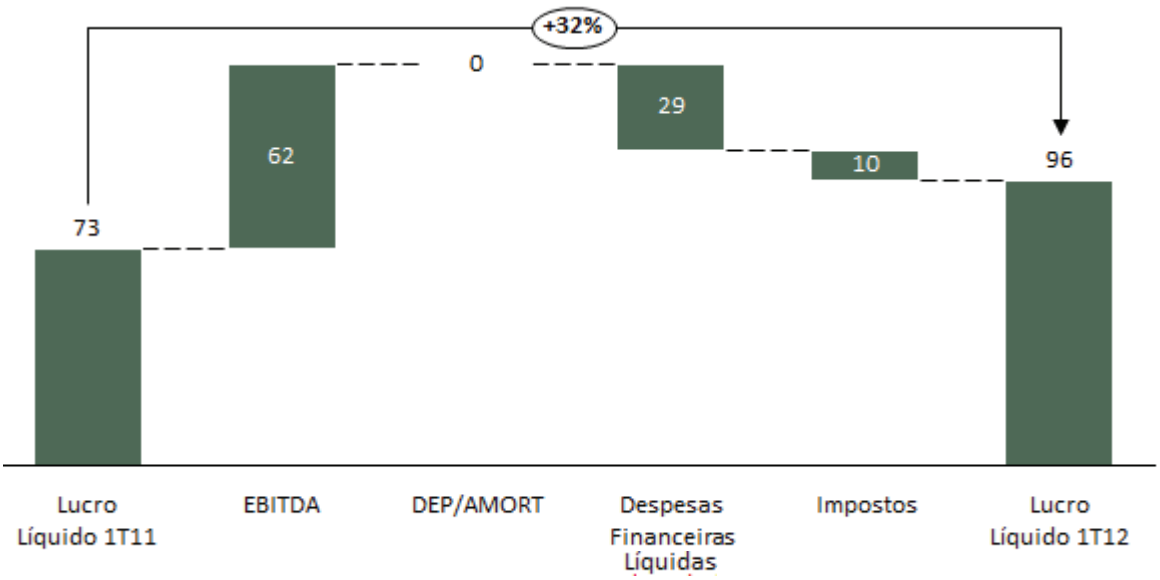
Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados deo1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

Comentário do Desempenho

Resultados do 1T12

Lucro Líquido

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido de 1T12:



Os resultados do 1T12 da TAESA incluem os resultados do 1T12 dos ativos adquiridos da ABENGOA.

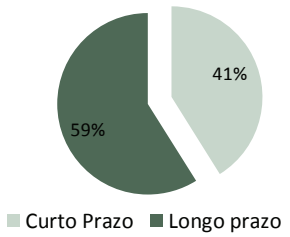
Endividamento

Dívida Bruta totalizou R$ 3.383,9MM, Caixa e Equivalentes totalizou R$760,8MM, portanto divida líquida totalizou R$2.623,1MM.

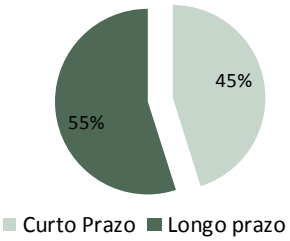
- Posição Financeira Líquida: Quebra por Prazo

Dívida Líquida (R$ Milhão)	1T12	1T11
Curto Prazo	**1.390,5**	**699,9**
TJLP	53,2	101,8
Cesta de Moedas	9,3	9,5
Taxa Fixa	0,0	0,0
Libor	20,3	0,0
CDI	1.291,9	588,5
IPCA	15,8	0,0
Longo Prazo	**1.993,4**	**851,0**
TJLP	246,0	733,7
Cesta de Moedas	47,4	72,7
Taxa Fixa	0,6	0,0
Libor	231,1	0,0
CDI	1.185,8	44,5
IPCA	282,6	0,0
Endividamento Total	**3.383,9**	**1.550,9**
(-) Caixa, Aplicações financeiras e outros investimentos	-751,8	-261,9
(=) Dívida Líquida	**2.632,1**	**1.288,9**

Perfil da dívida no 1T12



Perfil da dívida no 1T11



A "Dívida líquida" não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados, bem como não é indicador de desempenho. A Dívida líquida apresentada é utilizada pela TAESA para medir o seu próprio desempenho. A TAESA entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a Dívida líquida como um indicador de seu desempenho.

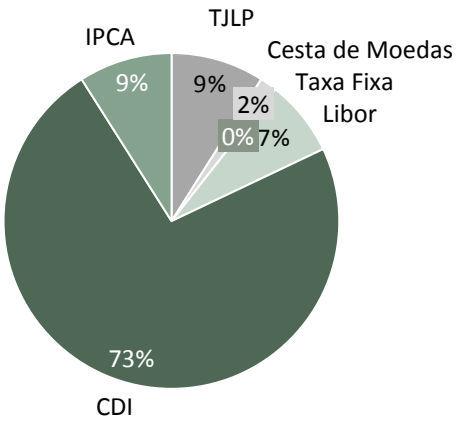
Comentário do Desempenho

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

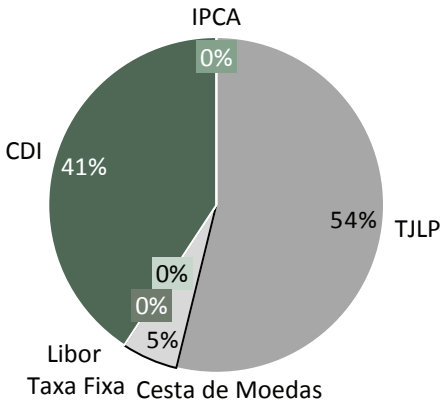
Resultados do 1T12

- Saldo da Dívida: Quebra por Índice

1T12



1T11



Saldo da Dívida: Quebra por Credor

Empresa	Credor	Indice	Saldo (R$ / Milhões)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
TAESA	1ª Debêntures	CDI	376	CDI + 1,3%	Aa1.br	Jul - 2015	2013/14/15	1
		IPCA	298	IPCA + 7,91%	Aa1.br	Jul - 2015	2013/14/15	1
TAESA	2ª Debêntures	CDI	439	CDI + 1,4%	Aa1.br	Dez - 2015	2014/15	2
		CDI	253	CDI + 1,6%	Aa1.br	Dez - 2017	2016/17	2
		CDI	150	CDI + 1.6%	Aa2.br	Dez - 2017	2016/17	2
TAESA	Sindicato	CDI	28	CDI + 0,9%	-	Dez - 2013	Mensal	12
TAESA	4ª Notas Promissórias	CDI	1.213	105,5% CDI	brA-1	Nov - 2012	Bullet	1
TAESA	FINAME	TJLP/Taxa fixa	0,76	TJLP + 4,2% / 8,7%	-	Ago - 2021	Bullet	1
Brasnorte	CEF	CDI	18	117,5% CDI	-	Jun - 2016	Mensal	12
ETAU	BNDES	USD	3	US$ + 4%	-	Jan - 2018	Mensal	12
		TJLP	18	TJLP + 4%	-	Jan - 2018	Mensal	12
NTE	BNDES	BoC	12	BoC + 5%	-	Nov - 2016	Mensal/Semestral	12/2
	BNDES	TJLP	81	TJLP + 5%		Nov - 2016	Mensal/Semestral	12/2
UNISA	BNDES	TJLP	68	TJLP + 4% a.a.	-	Ago - 2018	Mensal	12
		BoC	11	BoC + 4%	-	Set - 2018	Mensal	12
	BNDES	TJLP	104	TJLP + 3 a 4,3% a.a.	-	Dez - 2019	Mensal	12
		BoC	26	BoC + 3,65%	-	Jan - 2020	Mensal	12
	BNDES	TJLP	27	TJLP + 5% a.a.	-	Fev - 2017	Mensal	12
		BoC	4	BoC + 5%	-	Fev - 2017	Mensal	12
	BID	Libor	84	Libor + 2,2% a.a.	-	Nov - 2022	Semestral	2
		Libor	7	Libor + 1,7% a.a.	-	Dez - 2018	Semestral	2
	BID	Libor	80	Libor + 1,88% a.a.	-	Mai - 2023	Semestral	2
		Libor	80	Libor + 1,5% a.a.	-	Mai - 2023	Semestral	2
	UNIBANCO	TJLP	1	TJLP + 3,8% a.a.	-	Mar - 2023	Mensal	12
Total			3.384					

O valor de R$ 3.377,2 MM de Dívida Bruta contabilizado no Balanço Patrimonial está líquido dos custos de emissão, portanto R$ 6,7 MM abaixo do valor mostrado na tabela acima.

Os valores da Brasnorte, ETAU e Unisa contemplam o stake da TAESA.

Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da TAESA são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudanças sem aviso prévio.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. OUTROS INVESTIMENTOS – NÃO CIRCULANTE
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS
13. INTANGÍVEL
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
18. PROVISÕES
19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR
22. PARTES RELACIONADAS
23. COBERTURA DE SEGUROS
24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
25. RESULTADO POR AÇÃO
26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
27. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS
28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
29. OUTRAS INFORMAÇÕES
30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil com sede na Praça XV de novembro, nº 20 salas 1002 e 1003 – Centro - Rio de Janeiro – CEP: 20.010-010.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN);

- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (i) estudos e atividades de planejamento; (ii) Análises químicas em materiais e equipamentos; (iii) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções, comissionamento; (iv) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (v) suporte técnico.

- Praticar quaisquer outras atividades que permitam uma melhor utilização e valorização das redes, estruturas, recursos e competências agregados;

- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades;

- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; e

- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladoras diretas - a Companhia tem como controladores a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT), sociedade anônima de capital aberto e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG - 56,69%, e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu - FIP Coliseu - 38,59%.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Controladas e controladas em conjunto - a Companhia possui participação societária nas seguintes entidades:

	PARTICIPAÇÃO	
	2011	2010
Controladas		
NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A	100,00%	-
Controladas em conjunto		
UNISA - União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A	50,00%	-
ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A	52,58%	52,58%
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	38,66%	38,67%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Abaixo se encontram descritas as concessões do Grupo TAESA, cuja finalidade é a de operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de eletricidade e para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do sistema interligado (Sistema Interligado Nacional-SIN) por um período de 30 anos.

	CONCESSÕES	AQUISIÇÃO	CONTRATO DE CONCESSÃO	INÍCIO DA CONCESSÃO	TÉRMINO DA CONCESSÃO
TAESA	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.	06/06/2006	097/2000	20/12/2000	20/12/2030
	Munirah - Transmissora de Energia S.A.	31/03/2006	006/2004	18/02/2004	18/02/2034
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A	30/11/2007	001/2002	21/01/2002	21/01/2032
	Patesa - Paraíso Açu Transmissora de Energia S.A	30/11/2007	087/2002	11/12/2002	11/12/2032
	Novatrans Energia S.A.	06/06/2006	095/2000	20/12/2000	20/12/2030
ETEO	ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.	31/05/2008	040/2000	12/05/2000	12/05/2030
NTE	Nordeste Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	002/2002	21/01/2002	21/01/2032
ETAU	ETAU - Empresa de TransmissãoAlto Uruguai S. A.	28/12/2007	082/2002	18/12/2002	18/12/2032
BRASNORTE	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	17/09/2007	003/2008	17/03/2008	17/03/2038
UNISA	STE - Sul Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	081/2002	19/12/2002	19/12/2032
	ATE Transmissora de Energia S.A.	30/11/2011	003/2004	18/02/2004	18/02/2034
	ATE II Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	011/2005	15/03/2005	15/03/2035
	ATE III Transmissora de Energia S.A	30/11/2011	001/2006	27/03/2006	27/03/2036

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	CONCESSÕES	LOCALIDADES DAS SUBESTAÇÕES	EXTENSÃO/TENSÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO	
TAESA	TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A.	Serra da Mesa I - GO Serra da Mesa II - GO Rio das Éguas - BA Bom Jesus da Lapa - BA Ibicoara - BA Sapeaçu - BA Sapeaçu - BA	1.062 km 7 km	500 kV 230kV
	Munirah - Transmissora de Energia S.A.	Sapeaçu - BA Camaçari - BA	107 km	500 kV
	Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A	Goianinha - PE Mussuré - PB	51 km	230 kV
	Patesa - Paraíso Açu Transmissora de Energia S.A	Paraíso - RN Açu - RN	135 km	230 kV
	Novatrans Energia S.A.	Imperatriz - MA Colinas - TO Miracema - TO Gurupi - TO Serra da Mesa - GO Samamabaia - DF	1.278 km	500 kV
ETEO	ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S. A.	Taquaraçu - SP Assis - SP Sumaré - SP	502 km	440 kV
NTE	Nordeste Transmissora de Energia S.A	Campina Grande II - PB Angelim - PE Xingó - SE	186 km 197 km	230 kV 500 kV
ETAU	ETAU - Empresa de TransmissãoAlto Uruguai S. A.	Campos Novos - SC Barra Grande - SC Lagoa Vermelha - RS Santa Marta - RS	188 km	230 kV
BRAS NORTE	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	Juba - MT Jauru - MT Brasnorte - MT Nova Mutum - MT	382 km	230 kV
UNISA	STE - Sul Transmissora de Energia S.A	Maçambará (RS), Santa Rosa (RS), Santo Ângelo (RS), Uruguaiana (RS)	389 km	230 kV
	ATE Transmissora de Energia S.A.	Londrina (PR), Assis (SP), Araraquara (SP)	370 km	525 kV
	ATE II Transmissora de Energia S.A	Colinas do Tocantins (TO), Ribeiro Gonçalves (PI), São João do Piauí (PI), Sobradinho (BA)	942 km	500 kV
	ATE III Transmissora de Energia S.A	Colinas do Tocantins (TO), Marabá (PA), Parauapebas (PA)	344 km 110 km	500 kV 230 kV
		TOTAL	**6.250 Km**	

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2010 as controladas Novatrans Energia S.A. (Novatrans), TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (TSN), ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. (ETEO) e Taesa Serviços Ltda (Taesa Serviços), foram incorporadas à Companhia, conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data.

A Companhia (Controladora) apresentou ao fim do período encerrado em 31 de março de 2012 Capital Circulante Líquido Negativo no valor de R$373.696. A Administração está implementando ações que objetivam equacionar esta situação a curto prazo e que incluem a captação de recursos que está sendo estruturada pelos órgãos da Administração. Em adição, parte dos recursos necessários ao equacionamento da deficiência de Capital Circulante será proveniente do fluxo de dividendos a receber de controladas.

2. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS

Em 30 de novembro de 2011, nos termos dos dois acordos de compra e venda de ações celebrados com a Abengoa, a Taesa adquiriu participações no capital social de empresas de transmissão de propriedade da Abengoa, como detalhado abaixo pelo montante total de R$ 1.162.887.

Um dos acordos é o de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 100% das ações do capital votante da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A., sociedade anônima de capital fechado, constituída no exercício de 2001 com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, que opera 383 quilômetros de linhas de transmissão, sendo 197 km de 500kV e 186 km de 230kV e tem uma RAP – Receita Anual Permitida de R$ 109,1 milhões para o ciclo de 2011/2012.

O outro acordo é o de Compra e Venda de Ações para a aquisição de 50% das ações do capital votante da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A - UNISA (anteriormente Abengoa Participações S.A.), empresa que tem como objeto social a participação no capital social de sociedades prestadoras de serviço público e privado de transmissão de energia elétrica, que em 30 de novembro de 2011, detinha 100% das ações das empresas de transmissão STE, ATE, ATE II e ATE III.

O valor do patrimônio líquido da NTE era R$ 290.115 e o da UNISA era R$ 792.813 na data de aquisição.

Os ativos operacionais adquiridos são todos da categoria 2 de concessões (que não estão sujeitos a revisão tarifária, portanto, o Grupo considera que irá se beneficiar de ganhos de eficiência) e que consistem de 2.538 km de linhas de transmissão.

O Grupo Taesa espera que as aquisições irão complementar os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações, aumentando a RAP em cerca de 30% (considerando o ciclo de RAP 2010/2011), e a quota de mercado de 6,48% para 8,61% em termos de RAP (considerando o ciclo 2010/2011) de acordo com medidas internas.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data da aquisição do controle dessas Companhias foram reconhecidos através do método de aquisição e estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição e participações não controladoras

	Valores justos reconhecidos na aquisição	Valores justos reconhecidos na aquisição
	NTE	UNISA
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	21.768	393.394
Clientes e ativo financeiro	450.259	2.285.166
Outros ativos	57.424	413.700
Intangíveis	2.574	-
	532.025	3.092.260
Passivos		
Contas a pagar a fornecedores e outras	(30.457)	(286.198)
Empréstimos e financiamentos	(100.594)	(998.718)
Impostos diferidos passivos	(64.871)	(207.868)
	(195.922)	(1.492.784)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	336.103	1.599.476
Participações não controladoras (%)	0%	50,00%
Efeito das participações não controladoras	-	799.738
Participação TAESA (%)	100,00%	50,00%
Efeito da participação TAESA	336.103	799.738
Total da contraprestação	336.103	799.738
Valor pago e a pagar referente à aquisição	336.103	799.738

Devido as características do setor de transmissão, as empresas adquiridas pela TAESA (NTE e UNISA) enquadram-se contabilmente na Interpretação Técnica ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão.

Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem qualquer risco de demanda (através da RAP-Receita Anual Permitida), identificamos e avaliamos o valor justo de cada Ativo Financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que dita a interpretação ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão, para fins de atendimento ao pronunciamento CPC 15(R1) – Combinações de Negócios. Desta forma, os Ativos Financeiros das Empresas foram avaliados com base na metodologia do Income Approach, conforme detalhado adiante nesse relatório.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 16 de março de 2012 Companhia emitiu uma fato relevante a respeito da aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas por esta no capital social da União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. – UNISA. Vide nota explicativa nº 29 – Outras Informações.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As Informações Contábeis Intermediárias individuais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e as Informações Contábeis Intermediárias consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB. A apresentação dessas informações está de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da Taesa e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário em conjunto, detalhadas na nota explicativa nº 1, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes.

As controladas em conjunto são consolidadas proporcionalmente desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle.

Não existem itens de resultado abrangente para os trimestres findos em 31 de março de 2012 e de 2011, por isso, a demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada.

A autorização para a conclusão das Informações Trimestrais de 31 de março de 2012 foi dada pela Administração em 09 de maio de 2012.

3.1. Base de mensuração

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa7 - Principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado.
- Nota explicativa 9 - Utilização de prejuízos fiscais e impostos e contribuições diferidos
- Nota explicativa 10 - Tributos diferidos
- Nota explicativa 18 - Provisões.

3.4. Sazonalidade

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não possuem sazonalidade em suas operações.

3.5. Reclassificações referentes a exercícios anteriores

A Companhia identificou as seguintes reclassificações aplicáveis às informações relativas a 31 de dezembro de 2011:

- Reclassificação do montante de R$6.357 no consolidado (R$5.809 na controladora) aplicado pelo Fundo de Investimento Pampulha em notas promissórias emitidas pela própria TAESA para a conta de empréstimos e financiamentos, por se tratar na essência uma extinção da dívida.
- Reclassificação de outras contas a receber (R$2.675 no consolidado e R$68 na controladora) e a pagar (R$3.670 no consolidado) classificados anteriormente no não circulante para o circulante para uma melhor apresentação em decorrência da expectativa de realização desses valores no curto prazo.
- Ajuste no saldo dos dividendos a receber da UNISA no montante de R$72 na controladora contra o investimento conforme demonstrações financeiras finais da controlada em conjunto do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) Balanços patrimoniais:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/12/2011 (Publicado)	31/12/2011 (Reapresentado)	31/12/2011 (Publicado)	31/12/2011 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de Caixa	501.763	495.406	271.402	265.593
Dividendos a receber	-	-	10.430	10.358
Outras contas a receber	38.862	36.187	44.437	44.505
Total do Ativo Circulante	**1.565.781**	**1.556.749**	**1.021.327**	**1.015.515**
Investimento	-	-	1.290.533	1.290.605
Outras contas a receber	862	3.537	797	729
Total do Ativo Não Circulante	**4.924.799**	**4.927.474**	**4.545.656**	**4.545.659**
Total do Ativo	**6.490.580**	**6.484.223**	**5.566.983**	**5.561.174**
Empréstimos e financiamentos	1.281.042	1.274.685	1.196.637	1.190.828
Outras contas a pagar	42.307	38.637	-	-
Total do Passivo Circulante	**1.657.918**	**1.647.891**	**1.500.507**	**1.494.698**
Outras contas a pagar	29.883	33.553	-	-
Total do Passivo Não Circulante	**2.580.190**	**2.583.860**	**-**	**-**
Total do Passivo	**6.490.580**	**6.484.223**	**5.566.983**	**5.561.174**

As reclassificações acima mencionadas não tem impacto nas demonstrações dos fluxos de caixa referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações trimestrais (ITR), todas as práticas contábeis adotadas são uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas na Imprensa Oficial em 12 de março de 2012. Dessa forma, as informações trimestrais (ITR) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.1. Normas e interpretações novas e revisadas

4.1.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito material sobre as demonstrações intermediárias

A seguir estão as normas novas e revisadas que foram adotadas nessas demonstrações intermediárias. As aplicações dessas normas não tiveram impacto relevante nos montantes divulgados no período atual e nos períodos anteriores, porém deverão afetar a contabilização de transações e operações futuras.

- Modificações à IFRS 7 - Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros
- Modificações à IAS 12 - Impostos Diferidos – Recuperação dos Ativos

Subjacentes

- Modificações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros – Apresentação

4.1.2. Normas e Interpretações novas e revisadas já emitidas mas ainda não efetivas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o periodo encerrado em 31 de março de 2012, sendo estas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a)
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (b)
- IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos (b)
- IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (b)
- IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo (b)
- Modificações à IAS 01 (revisada em 2011) - Apresentação de itens de outros resultados abrangentes (c)
- IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (b)
- IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (b)
- IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e "*Joint Ventures*" (b)
- IFRIC 20 – Custos de separação na fase de produção de uma mina de superfície (b)

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

(a) 1° de janeiro de 2015.
(b) 1° de janeiro de 2013.
(c) 1° de julho de 2012.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações intermediárias de 31 de março de 2012. É esperado que nenhum desses novos *Standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo exceto pelo IFRS 9 "*Financial Instruments*", que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo, e pelos IFRS 10 e IFRS 11, os quais podem ter impacto nas entidades atualmente consolidadas e consolidadas proporcionalmente pelo Grupo. O Grupo não espera adotar esse *Standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	35.039	34.178	262	290
Aplicações financeiras	656.051	461.228	442.588	265.303
	691.090	**495.406**	**442.850**	**265.593**

As aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, à preço e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com compromisso de recompra junto às instituições financeiras, e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros até a data do balanço.

A seguir, apresentamos a composição da carteira de aplicações financeiras:

Aplicações Financeiras	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento:				
CDB	127.132	110.423	117.276	109.492
LFT	59.174	27.663	54.586	27.430
LTN-O	-	27.258	-	27.028
NTN	91.414	521	84.327	517
Debêntures	103.829	54.644	95.779	54.183
LF	89.810	46.553	82.848	46.245
Outros	8.358	-	7.772	408
Outros bancos:			-	-
CDB	176.334	187.160	-	-
Debêntures	-	7.006	-	-
	656.051	**461.228**	**442.588**	**265.303**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No mês de abril de 2011, o fundo de investimento NVT Referenciado DI Crédito Privado – Fundo de Investimento**,** usado para aplicação do caixa remanescente da Companhia, teve seu nome alterado para Pampulha Referenciado DI Credito Privado - Fundo de Investimento, sua administração e gestão passou a ser realizada pelo Votorantim DTVM, e sua custódia e controladoria pelo Banco Bradesco.

A Companhia e sua controlada em conjunto Brasnorte são quotistas do fundo de investimento Pampulha Referenciado DI Crédito Privado - Fundo de Investimento.

O Fundo de Investimento possui demonstrações financeiras auditadas, considerando o exercício social com início em 1º de novembro de cada ano e término em 31 de outubro do ano subsequente, e está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

Os recursos do Fundo de Investimento poderão ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

Equivalentes de caixa – Em 31 de março de 2012 o Grupo Taesa possuía um saldo de notas promissórias da própria Companhia registrado em aplicações financeiras de curto prazo – Fundo Pampulha, no valor de R$ 8.979 (R$ 6.357 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de março de 2012 este saldo na controladora era R$ 8.221 (R$ 5.809 em 31 de dezembro de 2011). Ambos os saldos, do consolidado e da controladora, foram compensados com o passivo de notas promissórias registrado na rubrica de "Empréstimos e Financiamentos". As receitas e despesas financeiras associadas a estes ativos e passivos também foram ajustados do resultado financeiro.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 24.

6. OUTROS INVESTIMENTOS - NÃO CIRCULANTE

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/12/2011
CDB (a)	11.343	11.069
Debêntures (a)	2.875	2.806
CM-Reinvestimento (a)	2.352	2.298
Outros (b)		
Titulos Públicos (BNDES)	16.053	15.659
Conta Reserva em Dolar (BID)	21.155	19.894
Conta Reserva em Reais (BNDES)	6.936	68.333
	60.714	**58.559**

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) As aplicações financeiras à longo prazo referem-se basicamente aos saldos vinculados mantidos pelas concessões NTE e ETAU para garantia do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

(b) Com relação ao valor registrado na linha de "Outros", os saldos referem-se aos recursos da controlada em conjunto UNISA compostos de conta reserva e aplicações financeiras para garantia do financiamento junto ao BNDES e ao BID.

A exposição da Companhia aos riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 24.

7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Clientes	142.741	138.187	101.421	97.851
Ativo Financeiro	4.967.176	5.035.924	3.189.371	3.240.574
	5.109.917	**5.174.111**	**3.290.792**	**3.338.425**
Circulante	963.799	958.731	681.974	678.404
Não Circulante	4.146.118	4.215.380	2.608.818	2.660.021
	5.109.917	**5.174.111**	**3.290.792**	**3.338.425**

CLIENTES	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
CLASSE DE CONSUMIDOR				31/03/2012	31/12/2011
Consolidado					
Industrial (a)	4.552	515	4.812	9.879	9.437
Suprimento a Outras Concessionárias (b)	129.184	953	1.981	132.118	131.098
Comércio, Serviços e Outros (c)	4.385	332	(3.973)	744	(2.348)
	138.121	**1.800**	**2.820**	**142.741**	**138.187**
Controladora					
Industrial (a)	3.260	373	3.508	7.141	6.863
Suprimento a Outras Concessionárias (b)	95.667	693	1.335	97.695	94.602
Comércio, Serviços e Outros (c)	-	340	(3.755)	(3.415)	(3.614)
	98.927	**1.406**	**1.088**	**101.421**	**97.851**

(a) Consumidores livres (indústrias)

(b) Geradoras, transmissoras e distribuidoras

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(c) Refere-se à provisão para os desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia no período de janeiro a março de 2012, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, deverão ser cobrados no exercício de 2013, e contas a receber de compartilhamento das subestações da ATE II com as empresas IENNE – Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A., Iracema Transmissora de Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A - ELETRONORTE.

Ativo financeiro - Em 31 de março de 2012 a Companhia apresentava recebíveis de concessão de serviços no montante de R$ 4.967.176 (R$ 5.035.924 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado e R$ 3.189.371 (R$ 3.240.574 em 31 de dezembro de 2011) na controladora, representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. Em 31 de março de 2012 os juros e as atualizações monetárias incorridos desde o início da construção no Grupo Taesa foram de R$ 4.409.336 (R$ 4.258.601 em 31 de dezembro de 2011) e na controladora R$ 4.288.903 (R$ 4.184.646 em 31 de dezembro de 2011).

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 5,68% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No período de janeiro a março de 2012 o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração de recebíveis de concessão de R$ 150.735 (R$ 103.687 em 31 de março de 2011). Na Controladora o efeito foi de R$ 104.363 (R$100.688 em 31 de março de 2011).

ATIVO FINANCEIRO	PARTICIPAÇÃO	31/12/2011	ADIÇÃO (REVERSÃO)	JUROS	RECEBIMENTOS	31/03/2012
CONSOLIDADO						
TSN	100,00%	1.199.404	1.178	38.555	(60.164)	1.179.086
ETEO	100,00%	499.529	-	13.487	(23.791)	489.225
NVT	100,00%	1.541.641	-	52.209	(72.788)	1.521.061
ETAU	52,58%	97.867	-	1.048	(2.490)	96.425
BRASNORTE	38,67%	104.996	-	1.452	(1.786)	104.662
NTE	100,00%	448.488	-	15.719	(21.163)	443.044
UNISA	50,00%	1.143.999	(195)	28.153	(38.284)	1.133.674
TOTAL		**5.035.924**	**(983)**	**150.735**	**(220.466)**	**4.967.176**
CONTROLADORA						
TSN	100,00%	1.199.404	1.178	38.667	(60.164)	1.179.086
ETEO	100,00%	499.529	-	13.487	(23.792)	489.224
NVT	100,00%	1.541.641	-	52.209	(72.888)	1.521.061
TOTAL		**3.240.574**	**1.178**	**104.363**	**(156.744)**	**3.189.371**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Acordo de concessão de serviços

O Grupo, por meio das concessões TSN, ETEO, Novatrans, Brasnorte, ETAU, NTE, ATE, ATE II, ATE III e STE, assinou contratos de concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão conforme descrito na Nota Explicativa N° 1.

Abaixo se encontram as principais características desses contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL:

Receita Anual Permitida - A prestação do serviço público de transmissão se dará mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo IGP-M (TSN, GTESA, PATESA, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II e STE) e IPCA (Brasnorte e ATE III).

Ativo financeiro indenizável - Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do art. 33 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do art. 4º da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971, alterado pelo art. 9º da Lei n° 8.631, de 4 de março de 1993, após finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias junto ao órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no art. 36 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se ainda às exigências dos órgãos ambientais dos estados, onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Faturamento da Receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 (quinze) anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustada e revisada anualmente. A partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% (cinqüenta por cento) do 15º ano de operação comercial estendendo-se até o término do prazo final da concessão. No caso da concessão Brasnorte não há decréscimo do faturamento no 16º (décimo sexto) ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela Variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST – Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 06 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% (dois por cento) do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 (doze) meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o poder concedente, a ANEEL, usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Estrutura de formação da Receita Anual Permitida (RAP)

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas Demais Instalações de Transmissão (DIT), que não pertencem à Rede Básica, é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Esta remuneração não varia com a sua disponibilidade.

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A seguir encontra-se a composição da receita das concessionárias de acordo com as Resoluções emitidas pela ANEEL:

- Ciclo 2011-2012 - RAP no período de 1º de julho de 2011 a 30 de junho de 2012 - Resolução Homologatória Aneel nº 1.171 de 28 de junho de 2011:

CICLO 2011-2012	RAP RBL	RAP RBNI	RAP RBNI FR	RAP RBL FR	RPEC DIT	RCDM DIT	PA APURAÇÃO
TSN	336.971	9.257	-	-	-	-	(2.866)
MUNIRAH	26.008	-	-	-	-	-	127
GTESA	6.340	-	-	-	-	-	(53)
PATESA	15.226	-	-	-	-	-	62
NOVATRANS	370.484	-	-	-	-	-	(3.073)
ETAU (a)	14.261	75	1.238	-	-	680	(326)
ETEO	125.354	-	-	-	-	-	(1.040)
BRASNORTE (a)	6.583	821	-	661	33	-	50
NTE	109.124	-	-	-	-	-	-
STE (a)	28.397	718	-	-	-	-	347
ATE (a)	53.104	-	-	-	-	-	218
ATE II (a)	80.834	-	-	-	-	-	395
ATEIII (a)	37.091	819	-	-	-	-	139
TOTAL	**1.209.777**	**11.690**	**1.238**	**661**	**33**	**680**	**(6.020)**

- Ciclo 2010-2011 - RAP no período de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2011 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010:

Ciclo 2010-2011	RAP RB	RAP RBF	RAP DIT	RPEC	PA APURAÇÃO
TSN	315.383	-	-	-	(2.439)
MUNIRAH	23.029	-	-	-	(196)
GTESA	5.775	-	-	-	(49)
PATESA	13.505	-	-	-	(115)
NOVATRANS	337.500	-	-	-	(2.495)
ETAU (a)	12.721	1.163	623	-	(372)
ETEO	114.194	-	-	-	(972)
BRASNORTE (a)	6.021	604	-	30	189
TOTAL	**828.128**	**1.767**	**623**	**30**	**(6.449)**

(a) Valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões.

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Onde:

- RAP - RBL – Rede Básica Licitada
- RAP - RBNI – Rede Básica Novas Instalações
- RAP - RBNI FR – Rede Básica Novas Instalações - Fronteira
- RAP - RBL FR – Rede Básica Licitada – Fronteira
- RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão
- RCDM - DIT – Receita das Demais Instalações de Transmissão
- RAP - RB - Receita Básica;
- RAP - RBF - Receita Básica de Fronteira;
- RAP - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão;
- PA - APURAÇÃO - Parcela de ajuste do período para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do período anterior (2009-2010/2010-2011).

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo				
IRPJ e CSLL antecipados	-	1.749	-	1.643
PIS e COFINS a compensar (a)	30.919	33.081	2.293	2.982
IRPJ e CSLL a compensar (b)	18.784	17.112	6.328	7.619
Imposto de renda retido na fonte (c)	1.428	2.828	-	1.957
IR, CSLL, PIS, COFINS - Lei nº 10.833/03 (d)	2.780	5.075	-	1.449
Outros (e)	1.838	1.554	288	219
	55.749	**61.399**	**8.909**	**15.869**
Passivo				
IRPJ e CSLL correntes (f)	12.213	4.066	4.751	566
PIS e COFINS	4.061	3.966	2.481	2.424
INSS e FGTS	2.089	2.744	1.519	854
ISS	472	1.025	68	85
CSLL, COFINS E PIS - Lei nº 10.833	374	184	52	72
ICMS	231	418	34	222
Outros (g)	433	1.558	309	542
	19.873	**13.961**	**9.214**	**4.765**

(a) Refere-se ao crédito de PIS e COFINS apurados pelo regime não cumulativo, calculados à alíquota de 9,25% sobre bens e serviços utilizados como insumos na prestação de serviços oriundos das atividades da Taesa Serviços e da UNISA (ATE II e ATE III), bem como recolhimentos de PIS e COFINS efetuados a maior pela TSN e pela UNISA (ATE) em períodos anteriores.

(b) Refere-se aos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados pela UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE) nos anos-calendário de 2008 e 2011, NTE nos anos-calendários de 2006 e 2011, TAESA nos anos-calendário de 2008 e 2011, TSN no ano-calendário de 2008 e pela ETEO, Novatrans, Alterosa no ano-calendário de 2010.

(c) Refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras pela TAESA e UNISA (ATE II e ATE III) no decorrer do período.

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(d) Referem-se aos impostos e contribuições sociais (IR, CSLL, PIS e COFINS) retidos na fonte sobre os serviços prestados aos órgãos e entidades da administração pública pela TAESA e UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE) no decorrer do período.

(e) Refere-se basicamente ao INSS recolhido indevidamente pela Novatrans e Taesa Serviços nos anos-calendário de 2008 e 2009, bem como pagamentos indevidos ou a maior efetuados pela UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE).

(f) Refere-se à provisão de IRPJ e CSLL, a qual contempla as antecipações mensais calculadas com base em balanços de suspensão ou redução pela Taesa, NTE, Brasnorte e UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE), bem como a provisão de IRPJ e CSLL apurada pela ETAU calculada com base no regime do lucro presumido. Em 31 de março de 2012 o valor de IRPJ e CSLL compensado no Grupo Taesa foi de R$ 14.704 (R$ 46.105 em 31 de dezembro de 2011) e na controladora R$ 7.620 (R$ 32.336 em 31 de dezembro de 2011).

(g) Refere-se basicamente ao imposto de renda retido na fonte sobre a folha de pagamento e terceiros a recolher pela TAESA, Brasnorte, ETAU, NTE e UNISA (ATE, ATE II, ATE III e STE), bem como à CIDE sobre remessas ao exterior a ser recolhido pela UNISA (ATE e ATE III).

9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre o prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, que serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo				
IRPJ e CSLL sobre crédito fiscal incorporado - Ágio (a)	551.055	557.138	551.055	557.138
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias - RTT (b)	49.840	47.824	13.581	12.028
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais (b)	10.885	14.487	-	3.156
	611.780	**619.449**	**564.636**	**572.322**
Passivo				
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias – RTT	**340.055**	**345.716**	**236.300**	**244.745**

(a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

(b) Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia indicam a recuperação dos impostos diferidos reconhecidos sobre o prejuízo fiscal, base de cálculo negativa de CSLL e diferenças temporárias, e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia em seu mercado de atuação. Em relação às diferenças temporárias do RTT, tratam-se basicamente dos ajustes correspondentes a aplicação do ICPC01.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/01. Conforme determinação da ANEEL, os valores são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Baseado nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, elaborados de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998, estima-se a recuperação dos créditos tributários não circulantes nos seguintes exercícios:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016	APÓS 2016	TOTAL
Ágio							
Imposto de Renda	13.419	20.694	22.407	24.479	26.365	297.824	405.188
Contribuição Social	4.831	7.450	8.066	8.812	9.492	107.216	145.867
	18.250	**28.144**	**30.473**	**33.291**	**35.857**	**405.040**	**551.055**
Prejuízos Fiscais							
Imposto de Renda	8.004	-	-	-	-	-	8.004
Contribuição Social	2.881	-	-	-	-	-	2.881
	10.885	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**10.885**
Outras diferenças temporárias							
Imposto de Renda	36.646	-	-	-	-	-	36.646
Contribuição Social	13.194	-	-	-	-	-	13.194
	49.840	-	-	-	-	**-**	**49.840**
	78.975	**28.144**	**30.473**	**33.291**	**35.857**	**405.040**	**611.780**

As Administrações da Companhia e de suas controladas em conjunto elaboraram a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. Os referidos estudos são aprovados pelo Conselho de Administração ao final de cada exercício. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. De acordo com o art.510 do Regulamento do imposto de Renda –RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos à prazo prescricional.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	BASE DE CÁLCULO	31/03/2012			31/12/2011		
		IRPJ	CSLL	TOTAL	IRPJ	CSLL	TOTAL
Consolidado							
Variação Cambial Passiva - Regime Caixa	94.785	23.696	8.531	32.227	23.482	8.454	31.936
Provisões	1.588	397	143	540	368	132	500
Provisão P&D	1.619	405	145	550	335	121	456
Rateio antecipação e Parcela de Ajuste	31.746	7.937	2857	10.794	7.006	2.523	9.529
Provisão gratificação de empregados	1.681	420	151	571	-	-	-
Provisão para fornecedores	124	31	11	42	44	16	60
Provisão para parcela variável	3.684	921	332	1.253	956	343	1.299
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 (a)	11.849	2.811	1.014	3.825	2.946	1.060	4.006
Total do ativo		36.646	13.194	49.840	35.165	12.659	47.824
Variação Cambial Ativa - Regime Caixa	138.618	34.654	12.476	47.130	34.764	12.515	47.279
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 (a)	861.542	215.386	77.539	292.925	219.439	78.998	298.437
Total do passivo		250.040	90.015	340.055	254.203	91.513	345.716
Controladora							
Rateio antecipação e Parcela de Ajuste	31.446	7.862	2.830	10.692	6.941	2.499	9.440
Provisão gratificação de empregados	1.681	420	151	571	-	-	-
Provisão para fornecedores	110	28	10	38	40	14	54
Provisão para parcela variável	3.412	853	307	1.160	904	325	1.229
Tributos com exigibilidade suspensa	112	28	10	38	28	10	38
Ajustes Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 (a)	3.182	796	286	1.082	932	335	1.267
Total do ativo		9.987	3.594	13.581	8.845	3.183	12.028
Ajustes da Lei nº 11.638/07 e 11.941/09 (a)	695.001	173.750	62.550	236.300	179.958	64.78	244.745
Total do passivo		173.750	62.550	236.300	179.958	64.787	244.745

(a) Ajustes basicamente relacionados a aplicação do ICPC01 - Contratos de Concessão.

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias – RTT (a)	**974**	**381**	**973**	**569**
Passivo				
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias – RTT (a)	**186.345**	**188.237**	**86.232**	**87.875**

(a) Ajustes basicamente relacionados a aplicação do ICPC01 Contratos de Concessão.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Cíveis (a)	3.263	3.118	1.243	1.243
Fiscais (b)	6.390	6.388	2.227	2.227
Trabalhistas	135	275	129	129
	9.788	**9.781**	**3.599**	**3.599**

A descrição dos principais saldos de depósitos judiciais se encontram a seguir:

(a) Cíveis

- Faixa de Servidão - Refere-se aos depósitos efetuados pela ETEO, Novatrans, TSN e Taesa Serviços, ETAU, Brasnorte, NTE relativos aos processos de faixa de servidão. Não foi constituída provisão para riscos cíveis, haja vista que a expectativa de perda nesses processos é remota.

- Taxa de compensação Ibama - Ação civil pública ajuizada pela Ministério Público Federal em face da ATE e do IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina – Araraquara, bem como a concessão da licença de operação, sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que a empresa cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R$ 847.

(b) Fiscais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Contribuição previdenciária - Mandado de segurança impetrado pela TSN (sucedida pela Taesa) visando a obtenção de certidão negativa (ou positiva com efeitos de negativa) de débitos pelo INSS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances de êxito neste processo são possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R$ 727.

- Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário de 2001. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances possíveis de êxito neste processo são possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R$ 514.

- IPI - Ação anulatória de débito fiscal de IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances possíveis de êxito neste processo são possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R$ 771.

- ICMS - Ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances possíveis de êxito neste processo são possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R$ 215.

- Contribuições ao PIS e à COFINS - Embargos à Execução Fiscal interposto pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos assessores jurídicos, as chances possíveis de êxito neste processo são possíveis. O saldo registrado em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é de R$ 3.474.

12. INVESTIMENTOS

No período de janeiro a março de 2012 a Companhia registrou um resultado positivo de equivalência patrimonial de suas controladas e controladas em conjunto no valor de R$ 41.896 (R$ 2.394 no período de janeiro a março de 2011).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No dia 23 de março de 2011, a AGOE da Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A deliberou pelo pagamento de R$ 10.338 até o dia 31 de dezembro de 2011, à título de dividendos referentes ao exercício de 2010. Em 22 de junho de 2011, a Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A, solicitou anuência ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para o pagamento dos dividendos, referente o exercício de 2010, que foi recebida em 22 de julho de 2011. Em decorrência de fatores macroeconômicos e por força das restrições impostas pela conta-reserva BNDES, não foi possível efetuar o pagamento integral do montante total de dividendos dentro do prazo determinado pela AGOE. Em 28 de dezembro de 2011 foi pago o valor de R$ 8.700 e em 26 de março de 2012 o saldo remanescente de R$ R$1.638.

Em 2011 houve alteração do percentual de participação da Companhia na controlada em conjunto Brasnorte de 38,67% para 38,6645%. Vide nota explicativa nº 29 – Outras Informações.

Nenhuma das controladas e controladas em conjunto contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

Abaixo encontram-se os saldos de balanço das controladas e controladas em conjunto apresentados da seguinte forma:

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de Passivos	Patrimônio Líquido
31/03/2012							
ETAU	24.225	168.570	192.795	9.734	34.328	44.062	148.733
BRASNORTE	30.605	253.445	284.050	14.810	61.699	76.509	207.541
UNISA	867.414	2.168.056	3.035.470	176.511	1.203.898	1.380.409	1.655.061
NTE	135.160	385.378	520.538	41.874	132.148	174.022	346.516
	1.057.404	**2.975.449**	**4.032.853**	**242.929**	**1.432.073**	**1.675.002**	**2.357.851**
% Participação Proporcional	**593.439**	**1.656.040**	**2.249.478**	**140.974**	**776.004**	**916.978**	**1.332.500**
31/12/2011							
ETAU	22.263	171.878	194.141	11.499	35.809	47.308	146.833
BRASNORTE	30.157	254.922	285.079	14.590	64.229	78.819	206.260
UNISA	871.278	2.164.373	3.035.651	367.171	1.066.402	1.433.573	1.602.078
NTE	130.655	390.479	521.134	49.884	138.644	188.528	332.606
	1.054.353	**2.981.652**	**4.036.005**	**443.144**	**1.305.084**	**1.748.228**	**2.287.777**
% Participação Proporcional	**589.661**	**1.661.610**	**2.251.270**	**245.157**	**715.509**	**960.666**	**1.290.605**

Notas Explicativas

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Participação	Quantidade de ações	Receitas	Despesas	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
31/03/2012						
ETAU	52,58%	34.895.364	5.262	(3.363)	1.899	999
BRASNORTE	38,66%	191.052.000	5.147	(3.866)	1.281	495
UNISA	50,00%	786.131.862	160.346	(107.359)	52.987	26.494
NTE	100,00%	147.183.428	27.565	(13.655)	13.909	13.909
			198.320	**(128.243)**	**70.076**	**41.896**
31/03/2011						
ETAU	52,58%	34.895.364	6.587	(2.627)	3.960	2.082
BRASNORTE	38,66%	191.052.000	7.379	(6.574)	805	311
			13.966	**(9.201)**	**4.765**	**2.394**

13. INTANGÍVEL

	VIDA ÚTIL	CONSOLIDADO			CONTROLADORA		
		31/12/2011	ADIÇÃO	31/03/2012	31/12/2011	ADIÇÃO	31/03/2012
Com vida Útil Definida							
Softwares	5 anos	1.222	-	1.222	1.222	-	1.222
Concessão (a)	20 anos	2.574	-	2.574	-	-	-
Custo		3.796	-	3.796	1.222	-	1.222
Softwares		(723)	(69)	(792)	(723)	(69)	(792)
Concessão (a)		(11)	(9)	(20)	-	-	-
Amortização Acumulada		(734)	(78)	(812)	(723)	(69)	(792)
Com vida Útil Indefinida							
Patentes e marcas registradas	Indefinida	33	-	33	33	-	33
Outros		3.352	-	3.352	3.352		3.352
		6.447	**(78)**	**6.369**	**3.884**	**(69)**	**3.815**

(a) Refere-se a alocação do valor de aquisição da controlada NTE já considerando a alocação ao ativo financeiro e o registro de impostos diferidos a partir de novembro de 2011.

A amortização dos ativos intangíveis é registrada na conta de despesa de amortização no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (a)	6.003	3.488	4.886	2.351
Outras contas a receber (b)	19.901	19.141	15.430	15.041
Partes Relacionadas (c)	13.560	13.558	27.115	27.113
	39.464	**36.187**	**47.431**	**44.505**
Ativo não circulante				
Partes Relacionadas (c)	2.102	2.710	4	-
Outras contas a receber	827	827	727	729
	2.929	**3.537**	**731**	**729**
Passivo circulante				
Folha de pagamento	12.149	9.267	11.662	8.950
Compensação Ambiental (d)	2.020	2.484	1.467	1.547
Partes Relacionadas (c)	14.582	25.866	-	-
Outras contas a pagar	7.482	1.020	88	169
	36.233	**38.637**	**13.217**	**10.666**
Passivo não circulante				
Rateio de antecipação (e)	33.396	29.154	32.124	28.440
Partes Relacionadas (c)	4.685	4.395	298	953
Outras contas a pagar	2	4	1	5
	38.083	**33.553**	**32.423**	**29.398**

(a) Adiantamento a fornecedores de prestação de serviços.

(b) Antecipações com projetos de Pesquisa e Desenvolvimento ainda não encerrados e valores a receber da Abengoa constantes no contrato de compra de 50% das ações da União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. - UNISA.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(c) Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 , assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas à operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores, suas controladas e suas controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Abaixo segue a composição com partes relacionadas:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativo circulante				
Contas a Receber Taesa X Unisa (ii)	13.523	13.523	27.045	27.045
Contas a receber Taesa X ETAU (ii)	24	22	49	48
Contas a receber Taesa X BRASNORTE (ii)	13	13	21	20
	13.560	**13.558**	**27.115**	**27.113**
Ativo não circulante				
Contas a receber Unisa X Abengoa Construções Brasil Ltda (iii)	1.978	1.957	-	-
Contas a receber Unisa X Omega Oper. e Man de LT (iii)	-	659	-	-
Outras contas a receber	124	94	4	-
	2.102	**2.710**	**4**	**-**
Passivo circulante				
Contas a pagar Unisa X Abengoa (iii)	13.523	13.523		-
Contas a pagar Unisa X Omega Oper.e Man.de LT (iii)	1.059	12.343	-	-
	14.582	**25.866**	**-**	**-**
Passivo não circulante				
Contas a pagar Unisa X Abengoa Construções Brasil Ltda (iii)	4.315	3.670	-	-
Contas a pagar TAESA X CEMIG (i)	298	298	298	298
Contas a pagar TAESA X Brasnorte (ii)	-	402	-	655
Conta a pagar ETAU X Eletrosul (iii)	30	25	-	-
Outra contas a pagar	42	-		
	4.685	**4.395**	**298**	**953**

	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Resultado - Receita				
Receita de Prestação de Serviços Taesa X ETAU (ii)	142	61	142	129
Receita de Prestação de Serviços Taesa X BRASNORTE (ii)	62	35	62	58
Receita de Mútuo TAESA X BRAS (ii)	-	34	-	55
	204	**130**	**204**	**242**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(i) Transações entre a Companhia e sua controladora

Taesa x CEMIG – Remuneração da Administração – Com base na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 25 de novembro de 2009, quando foi aprovada a remuneração global anual dos administradores da Companhia, a Cemig Geração e Transmissão S.A efetuou o pagamento do valor total da remuneração dos administradores referente ao exercício de 2009 - R$ 419, ficando a Taesa com a obrigação de reembolsá-la em período posterior. O saldo em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era de R$ 298.

Taesa x CEMIG – Equivalentes de caixa – Fundo Pampulha - Em 31 de março de 2012 o Grupo Taesa possuía um saldo de debêntures emitidas pela controladora CEMIG registrado em aplicações financeiras de curto prazo – Fundo Pampulha, no valor de R$ 8.497(R$0 em 31 de dezembro de 2011). Em 31 de março de 2012 este saldo na controladora era R$ 7.780 (R$0 em 31 de dezembro de 2011).

(ii) Transações entre as empresas controladas em conjunto

Taesa x Brasnorte - mútuo **-** Em 16 de fevereiro de 2009 a Brasnorte e a Taesa assinaram um contrato, onde a Taesa como mutuante, entregou à Brasnorte como mutuária o montante de R$ 42.193 à título de mútuo com encargos financeiros com base na variação de CDI + 6,6% a.a. Durante o exercício de 2009, parte do saldo do mútuo foi utilizado para aumento de capital na Companhia no montante de R$ 38.430. O saldo remanescente foi liquidado em fevereiro de 2011 pelo valor de R$ 3.763. Consequentemente não há receita de mútuo para a controladora em 31 de março de 2012 (R$ 55 em 31 de março de 2011).

Taesa x Brasnorte - contas a pagar **-** Refere-se ao IRRF não retido sobre o pagamento de mútuo por parte da Brasnorte.

Taesa x Etau - contas a receber **-** As transações realizadas entre a Taesa Serviços e a ETAU referem-se ao contrato de prestação de serviços de "Back office" para atividades administrativas, assinado em 03 de julho de 2008, no montante mensal de R$ 39 reajustados anualmente pelo IGP-M e com prazo de vigência de 4 (quatro) anos a partir da sua assinatura

Brasnorte x Taesa - contas a receber - Em 25 de abril de 2008 a Brasnorte e a TSN assinaram um contrato de comodato, onde a TSN como comodante, cedeu a Brasnorte, comodatária, parte do imóvel que é usado para a sede da Empresa. O contrato foi aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.636 de 25/04/2008. Não houve valor para o contrato assinado entre as partes.

Taesa x UNISA – contas a receber - Em 30 de novembro de 2011, data de compra da UNISA pela Companhia, suas controladas ATEII e ATEIII possuíam dividendos a pagar a Abengoa, uma de suas controladoras, no valor de R$ 54.090. Quando da compra da UNISA a Taesa passou a ter direito de 50% destes créditos, direito este que foi registrado no contrato de compra entre as partes.

(iii) Transações entre as controladas em conjunto Etau, Brasnorte e UNISA e seus outros acionistas - o saldo no consolidado das transações abaixo refere-se à participação dos demais acionistas, não eliminada na consolidação:

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

ETAU x Eletrosul e CEEE - contas as pagar - Em 30 de dezembro de 2004 a ETAU e a CEEE (um de seus controladores) assinaram um contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo período da concessão, em conformidade com os procedimentos de rede, a legislação aplicável e com eventuais determinações do ONS, utilizando a mesma infra-estrutura e logística com as quais realiza a operação e manutenção das instalações e equipamentos que compõem as concessões de transmissão da CEEE. O contrato foi substituído em 23 de junho de 2010 por dois novos contratos de O&M. Um desses contratos foi celebrado entre a ETAU e a CEEE e o outro entre a ETAU e a Eletrosul. Tal substituição se deve ao fato de que a CEEE cedeu parte do escopo do contrato de O&M para a Eletrosul, buscando otimizar a execução destas atividades. Ambos os contratos possuem vigência de 4 anos a partir da data de assinatura (23/06/2010) e possuem os seguintes valores mensais: CEEE x ETAU - R$ 135 (R$ 270 nos seis primeiros meses) e Eletrosul x ETAU - R$ 43 (R$ 85 nos seis primeiros meses).

Em 15 de abril de 2004 a ETAU e a CEEE assinaram um contrato compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnicos - operacionais para implementação da linha de transmissão conforme determina o Edital de Licitação, com prazo até a extinção de uma das concessões. O contrato assinado entre as partes possui valor de R$ 10 mensais atualizados anualmente, pelo IGP-M.

UNISA x Omega - contas a receber - Trata-se de contrato celebrado entre a ATE II e a Omega em 30 de novembro de 2011 pela prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão bem como a assistência técnica de apoio. A Omega receberá, a título de remuneração, o valor de R$ 1.210 mensais, corrigidos anualmente pelo IPCA do período.

UNISA X Omega X Abengoa Construções – contas a pagar - Valores a pagar à Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão e à Abengoa Construções Brasil Ltda por parte da UNISA pelo pagamento de despesas de materiais e serviços na construção de reforços na ATE III.

UNISA X Abengoa - contas a pagar – saldos a pagar a Abengoa referentes a dividendos de exercícios anteriores.

(d) Refere-se à provisão das obrigações com IBAMA e FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental cujo desembolso no período de janeiro a dezembro de 2011 foi de R$ 24 (R$ 4.294 no período de janeiro a dezembro 2010).

(e) A ANEEL, por meio de Ofício nº 237/2005 - SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base neste Ofício, o ONS adicionou à receita mensal das concessionárias do Grupo, no período de janeiro a março de 2012, o montante de R$ 5.664 (R$ 30.678 no período de janeiro a dezembro de 2011).

Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em adição à RAP para o período findo em 31 de dezembro de 2011, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2012.

Notas Explicativas

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

MOEDA NACIONAL	CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE			
	ENCARGOS	PRINCIPAL	CUSTOS A AMORTIZAR/ OUTROS	TOTAL
SINDICATO DE BANCOS	46.162	1.203.343	(10.391)	1.239.114
BNDES	1.499	60.236	-	61.735
CEF	113	4.189	(110)	4.192
UNIBANCO	-	783		783
	47.774	**1.268.551**	**(10.501)**	**1.305.824**
TAESA	43.007	1.186.199	(10.391)	1.218.815
ETAU	85	3.553	-	3.638
BRASNORTE	113	4.189	(110)	4.192
UNISA	4.145	53.130	-	57.275
NTE	424	21.480	-	21.904
	47.774	**1.268.551**	**(10.501)**	**1.305.824**

MOEDA NACIONAL	CONSOLIDADO				
	NÃO CIRCULANTE			TOTAL	
	PRINCIPAL	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL	31/03/2012	31/12/2011
SINDICATO DE BANCOS	536.989	-	536.989	1.776.103	1.773.797
BNDES		-	-	61.735	61.746
CEF	13.613	(153)	13.460	17.652	18.670
UNIBANCO	196		196	979	1.180
	550.798	**(153)**	**550.645**	**1.856.469**	**1.855.393**
TAESA	12.905	-	12.905	1.231.720	1.207.234
ETAU	17.173	-	17.173	20.811	21.805
BRASNORTE	13.613	(153)	13.460	17.652	18.671
UNISA	435.500	-	435.500	492.775	508.367
NTE	71.607	-	71.607	93.511	99.316
	550.798	**(153)**	**550.645**	**1.856.469**	**1.855.393**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2012	TOTAL CURTO PRAZO	2013	2014	2015
URTJ	53.170	53.170	51.297	51.110	51.110
UMBNDES	9.345	9.345	9.240	9.266	9.293
CDI	1.233.500	1.233.500	16.338	4.189	4.189
LIBOR	20.304	20.304	19.440	19.955	21.308
TX FIXA	6	6	24	73	73
(-) Custos de empréstimos	(1.522)	(1.522)	(63)	(58)	(29)
(-) Outros (a)	(8.979)	(8.979)	-	-	-
	1.305.824	**1.305.824**	**96.276**	**84.535**	**85.944**

	2016	2017	APÓS 2017	TOTAL LONGO PRAZO	TOTAL
URTJ	38.200	26.451	27.804	245.972	299.142
UMBNDES	7.264	5.498	6.853	47.414	56.759
CDI	1.047	-	-	25.763	1.259.263
LIBOR	23.532	25.307	121.520	231.062	251.366
TX FIXA	73	73	271	587	593
(-) Custos de empréstimos	(3)	-	-	(153)	(1.675)
(-) Outros (a)	-	-	-	-	(8.979)
	70.113	**57.329**	**156.448**	**550.645**	**1.856.469**

Notas Explicativas

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

FONTE	CONCESSÃO	TIPO DE CAPTAÇÃO	INÍCIO DO PAGAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS ANUAIS (%)
SIND. DE BANCOS	TAESA(NVT)	EMPRÉSTIMO	19/12/2006	CDI + 0,90% a.a.
SIND. DE BANCOS (HSBC E JP MORGAN)(a)	TAESA	NOTAS PROMISSÓRIAS	23/11/2012	105,5% CDI
FINAME(b)	TAESA	SUBCRÉDITO "A" SUBCRÉDITO "B"	15/11/2011	70% - Taxa fixa 8,70%a.a 20% - TJLP + 4,2% a.a.
CEF	BRASNORTE	EMPRÉSTIMO	10/07/2010	117,5% do CDI
BNDES	ETAU	SUBCRÉDITO "A" e "C SUBCRÉDITO "A" e "B"	15/02/2006	Cesta de Moedas + 4,0% a.a. TJLP + 4,0% a.a.
BNDES(c)	NTE	SUBCRÉDITO "C" SUBCRÉDITO "B" e "D"	15/08/2004	Cesta de Moedas + 5,0% a.a. TJLP + 5,0% a.a.
BNDES(c)	UNISA (ATE)	SUBCREDITO "A" e "B" SUBCRÉDITO "C"	15/09/2006 15/10/2006	TJLP + 4,0% a.a. Cesta de Moedas
BNDES(c)	UNISA (ATEII)	SUBCREDITO "A" SUBCRÉDITO "B"	15/01/2008 15/02/2008	TJLP + 3 a 4,3% a.a. Cesta de Moedas
BNDES(c)	UNISA (STE)	SUBCRÉDITO "A" e "B" SUBCRÉDITO "C"	15/03/2005	TJLP + 5,0% a.a. Cesta de Moedas
BID(c)	UNISA (ATEII)	EMPRÉSTIMO "A" EMPRÉSTIMO "B"	15/05/2007	Libor + spread de 2,2% a.a Libor + spread de 1,7% a.a
BID(c)	UNISA (ATEIII)	EMPRÉSTIMO "A" EMPRÉSTIMO "A2" EMPRÉSTIMO "B"	15/05/2008	Libor + spread de 1,88% a.a Libor + spread de 1,5% a.a
UNIBANCO(c)	UNISA (STE)	SUBCRÉDITO "A"	15/07/2009	TJLP + 3,8% a.a.

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

FONTE	SALDO EM 31/03/2012	DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDA EM 31/03/2011	PARCELAS A VENCER EM 31/12/2012	VENCIMENTO DO CONTRATO
SIND. DE BANCOS	28.475	812	21	15/12/2013
SIND. DE BANCOS (HSBC E JP MORGAN)(a)	1.202.482	30.640	1	23/11/2012
FINAME(b)	765	17	102	15/08/2021
CEF	17.652	1.324	51	10/06/2016
BNDES	20.811	390	52	15/01/2018
BNDES(c)	93.511	2.044	70	15/07/2016
BNDES(c)	79.497	3.346 340	77 78	15/08/2018 15/09/2018
BNDES(c)	129.861	4.974 809	94 93	15/12/2019 15/01/2020
BNDES(c)	31.063	1.462 105	59 59	15/02/2017
BID(c)	91.308	3.682 326	19 11	16/11/2022 15/12/2018
BID(c)	160.061	2.584 3.826	20 20 14	15/05/2023 15/05/2020
UNIBANCO(c)	983	51	15	16/03/2013
	1.856.469			

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(a) Notas Promissórias – Taesa - Em 29 de novembro de 2011 a Companhia emitiu 234 notas promissórias com valor nominal unitário de R$ 5.000, perfazendo um valor total de R$ 1.170.000.

As Notas Promissórias possuem as seguintes características:

- Data de Vencimento: As notas promissórias vencerão em 23 de novembro de 2012.
- Remuneração: As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes à 105,50% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na internet. Os juros remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidente sobre o valor nominal unitário de cada nota promissória, desde a sua data de emissão até a sua respectiva data de vencimento.

A emissão das notas promissórias foi aprovada por meio da AGE realizada em 10 de outubro de 2011. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das notas promissórias foram utilizados para o pagamento da aquisição de ativos de propriedade do Grupo Abengoa.

Os custos de captação das notas promissórias foram de R$ 2.165, representando 0,19% dos recursos captados.

Em 31 de março de 2012 o Grupo Taesa possuía um saldo de notas promissórias da própria Companhia registrado em aplicações financeiras de curto prazo – Fundo Pampulha (Equivalentes a Caixa), no valor de R$ 8.979 (R$ 6.357 em 31 de dezembro de 2011). Em 31 de março de 2012 este saldo na controladora era R$ 8.221 (R$ 5.809 em 31 de dezembro de 2011). Ambos os saldos, do consolidado e da controladora, foram compensados com o passivo de notas promissórias registrado na rubrica de "Empréstimos e Financiamentos". As receitas e despesas financeiras associadas a estes ativos e passivos também foram ajustados do resultado financeiro.

(b) FINAME – Taesa - Em 27 de julho de 2011, a Companhia assinou junto ao Santander Cédula de Crédito Bancário – BNDES FINAME PSI – Programa de Sustentação do Investimento, para investimento nas SE's Imperatriz, Colinas, Miracema e Gurupi.

Em 28 de outubro de 2011, ocorreu a liberação de R$ 756, com as seguintes características:

- Sub-crédito A: R$ 587 e Sub-crédito B: R$ 169, totalizando os R$ 756.

- Prazo e data de Vencimento: O vencimento do financiamento terá um prazo total de 120 meses, a contar da data de aprovação da linha no BNDES, com o 1º vencimento de encargos em 15 de novembro de 2011 e o 1º vencimento de amortização em 15 de setembro de 2013; a última parcela será paga em 15 de agosto de 2021.

- Remuneração:
  - Sub-crédito A – 8,70% ao ano;
  - Sub-crédito B – TJLP - TJ462 + 4,20% ao ano.

Não houve custos de captação deste empréstimo, pois o spread do banco foi embutido dentro da taxa do financiamento.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(c) Empréstimo oriundos da aquisição da controlada NTE e controlada em conjunto UNISA

- BNDES – NTE - Em outubro de 2003, a controlada NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R$ 238.661. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de agosto de 2004, com prazo de vencimento final em 15 de julho de 2016.

- BNDES – ATE - Em novembro de 2005, a ATE Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R$ 277.460. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 4% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 10% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de setembro de 2006, com prazo de vencimento final em 15 de agosto de 2018.

- BNDES – ATE II - Em outubro de 2007, a ATE II Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R$ 396.484. O referido contrato é dividido em dois subcréditos: A e B, sendo A, corrigido pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 3% a 4,3% ao ano, a título de spread; e B, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 3% a 4,3% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2008 e 15 de fevereiro de 2008, com prazo de vencimento final em 15 de dezembro de 2012 e 15 de janeiro de 2020.

- BID – ATE II - Em outubro de 2006, a ATE II Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de US$ 101.030 e ao longo de 2007 US$ 18.524. O referido contrato é dividido em dois subcréditos: A e B, sendo A, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 2,2% ao ano, a título de spread; e B, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 1,7% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 52 parcelas semestrais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de maio de 2007, com prazo de vencimento final em 15 de dezembro de 2018 e 15 de novembro de 2022.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- BID – ATE III - Em abril de 2008, a ATE III Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de US$ 201.462. O referido contrato é dividido em dois subcréditos: A e B, sendo A, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 1,88% ao ano, a título de spread; e B, corrigido pela taxa de juros de longo prazo, acrescidos de juros de LIBOR + 1,5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 52 parcelas semestrais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de maio de 2008, com prazo de vencimento final em 15 de maio de 2020 e 15 de maio de 2023.

- BNDES – STE - Em julho de 2004, a Sul Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R$ 146.131. O referido contrato é dividido em três subcréditos: A, B e C, sendo A e B, corrigidos pela taxa de juros de longo prazo - TJLP, acrescidos de juros de 5% ao ano, a título de spread; e C, corrigido com base no custo médio ponderado de todas as taxas e despesas incorridas pelo BNDES na captação de recursos em moeda estrangeira, acrescido de juros de 5% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 144 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de março de 2005, com prazo de vencimento final em 15 de fevereiro de 2017.

- UNIBANCO – STE - Em maio de 2008, a Sul Transmissora de Energia S.A. firmou um contrato de financiamento de longo prazo, junto ao Unibanco, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R$ 6.238. Corrigido pela taxa de juros de longo prazo - TJPL, acrescidos de juros de 3,8% ao ano, a título de spread. Esses empréstimos serão liquidados em 48 parcelas mensais, tendo seu primeiro vencimento em 15 de julho de 2009, com prazo de vencimento final em 16 de março de 2013.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	BNDES					CEF	FINAME BNDES / UNIBANCO	BID	
	ETAU	NTE	STE	ATE	ATE II	Brasnorte	STE	ATE II	ATE III
Manter durante o período de amortização o índice de cobertura da dívida - ICD de, no mínimo, 1,3 vezes. A periodicidade do cálculo do ICD é anual.	x	x	x	x	x				
Depositar a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma "Conta Centralizadora" (Conta Receita) aberta para tal fim.	x	x	x	x	x	x			
Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, "Conta Reserva" com recursos no valor equivalente a, no mínimo, 3 (três) meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária e 3 (três) meses de pagamento do Contrato de Operação e Manutenção, sendo que a movimentação da "Conta Reserva" só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES.	x	x	x	x	x				
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar os direitos creditórios dados em garantia, sem prévio e expresso consentimento da CEF. A Companhia obriga-se a não alienar ou oferecer em garantia o seu ativo permanente, sem prévia anuência da CEF. Na hipótese de venda, total ou parcial, das ações pertencentes a qualquer dos acionistas a um terceiro estranho à sociedade, será necessária prévia autorização. Apresentar trimestralmente cópia devidamente registrada pelo órgão competente de seu Estatuto Social e eventuais alterações. Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a sua atividade devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.						x			
Não ceder, alienar, transferir, vender, onerar, caucionar, empenhar ou gravar e/ou por qualquer forma negociar as receitas vinculadas sem prévio e expresso consentimento do BNDES/BID. Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/BID.	x	x	x	x	x		x	x	x
Sem prévia autorização do BNDES: não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, não conceder preferência a outros créditos, não fazer amortização de ações, não emitir debêntures e partes beneficiárias nem assumir novas dívidas. Não emitir débitos, pagamento de juros, amortização nem novas dividas sem prévia autorização BNDES / BID	x	x	x	x	x				x
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia e expressa autorização do BNDES.	x	x	x	x	x				
Em caso de mudança do responsável pela operação das linhas de transmissão de energia elétrica, a Beneficiária deverá apresentar ao BNDES ou BID Contrato de O&M em termos satisfatórios ao BNDES ou BID, firmado com empresa de reconhecida capacidade técnica;			x	x	x			x	x
Manter seguro do projeto e das linhas de transmissão durante toda a vigência do contrato.		x		x	x			x	x
Índice dos ativos não depreciados sobre a dívida líquida não deve ser inferior a 1,0.								x	x
Índice da dívida sobre o capital social da Companhia não deve ser superior a 2,33.								x	
Constituir mensalmente em seis parcelas 100% do principal mais 30% dos juros a pagar no próximo semestre até (inclusive)o ano e a partir deste momento 100% do principal mais 100% dos juros a pagar no próximo semestre.								x	x
Manter em conta reserva a média entre os próximos dois pagamentos (saldo em dólar).								x	x
Índice da dívida sobre o capital social da companhia não deve ser superior a 1,22									x
Indicadores Financeiros - manter durante a vigência do contrato, os seguintes indicadores Financeiros, a serem apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras: Dívida Bancária Líquida/ Ebitda - <=2,5; Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - >=1,3.							x	x	

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	SANTANDER FINAME	SINDICATO DE BANCOS NOTAS PROMISSÓRIAS	SINDICATO DE BANCOS EMPRÉSTIMOS
	TAESA	TAESA	TAESA
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.			X
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social , exceto por determinação legal.		X	
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores de forma a evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outra moeda.		X	
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 50.000.000,00.		X	
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R$ 50.000.000,00 ou seu equivalente em outras moedas.		X	
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.			
Enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um Impacto Adverso Relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer Evento de Reorganização.			
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvado pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas em virtude das Debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das Debêntures, cessando esta proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures, cessano essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos Debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.			
Não constituir garantias de qualquer espécie, em operações com outros credores, sem que as mesmas garantias sejam oferecidas ao BNDES/Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank).			X
Sem prévia autorização do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank): não realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juro sobre capital próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório, caso o índice financeiro obtido pela divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA seja superior a 3,5 (três inteiros e cinco décimos), ou na ocorrência de um Evento de Inadimplemento.			X
Não realizar reorganizações societárias, sem a prévia anuência do Sindicato de Bancos (Santander, BNP Paribas e Citibank), a ser manifestada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento de comunicação nesse sentido.			X
Restrição à Constituição de quaisquer onus ou gravames superiores a R$ 5.000.000,00 dos bens da sociedade incorporadora - Taesa			X
Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes da Cédula de Crédito Bancário, bem como não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da Cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exígivel o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X		
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da Emissora pela Cemig Geração e Transmissão S.A., exceto no caso em que a gestão operacional da Emissora seja transferida para a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG		X	
Não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Notas Promissórias em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400, com exceção do disposto no inciso III.		X	
Não ceder, transferir ou de qualquer outra forma alienar quaisquer de suas obrigações decorrentes deste Contrato, sem a prévia e expressa aprovação dos Coordenadores.		X	

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de março de 2012 a Companhia, sua controlada e suas controladas em conjunto apresentavam índices de cobertura do serviço da dívida que atendiam aos limites estabelecidos nos contratos.

GARANTIDOR	BENEFICIÁRIO	GARANTIA
ETAU	BNDES	1 - 100% das ações da ETAU detidas pelos controladores: Taesa, Eletrosul, CEEE e DME 2 - Direitos da concessão ETAU 3 - Recebíveis da concessão ETAU
Brasnorte	CEF	1 - 100% das ações da Brasnorte detidas pelas acionistas Taesa, Eletronorte e Bimetal 2 - Direitos creditórios da concessão Brasnorte 3 - Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte
NTE	BNDES	1 - 100% das ações da NTE detidas pela controladora Taesa 2 - Direitos da concessão NTE 3 - Recebíveis da concessão NTE 4 - Fiança 5 - Seguro garantia de execução do projeto
ATE	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
ATE II	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
ATE II	BID	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
ATE III	BID	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
STE	UNIBANCO	1 - Aval prestado pela União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. - UNISA
STE	BNDES	1 - Ações nominativas da sociedade 2 - Penhor dos direitos do contrato de concessão e dos direitos creditórios decorrentes de serviços de transmissão
TAESA	SINDICATO	1 - 100% das ações da NVT detidas pela acionista Taesa 2 - Direitos da concessão NVT 3 - Direitos creditórios da concessão NVT
	FINAME	1- Alienação Fiduciária
	NP	1- Alienação Fiduciária

Em 31 de março de 2012 a Companhia e suas controladas em conjunto possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas (*"covenants"*).

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. DEBÊNTURES

	CONSOLIDADO E CONTROLADORA							
	CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE			31/03/2012	31/12/2011
	ENCARGOS	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL	PRINCIPAL	CUSTOS A AMORTIZAR	TOTAL		
DEBÊNTURES - TAESA	**74.196**	**(1.691)**	**72.505**	**1.442.566**	**(3.322)**	**1.439.244**	**1.511.749**	**1.467.959**

	2012	TOTAL CURTO PRAZO	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL LONGO PRAZO	TOTAL
CDI	58.407	58.407	115.000	327.500	327.500	195.000	195.000	1.160.000	1.218.407
IPCA	15.789	15.789	94.189	94.189	94.189	-	-	282.567	298.356
(-) Custos debêntures	(1.691)	(1.691)	(1.075)	(1.163)	(608)	(327)	(150)	(3.323)	(5.014)
	72.505	**72.505**	**208.114**	**420.526**	**421.081**	**194.673**	**194.850**	**1.439.244**	**1.511.749**

FONTE	CONCESSÃO	TIPO DE CAPTAÇÃO	INÍCIO DO PAGAMENTO	ENCARGOS FINANCEIROS ANUAIS (%)	DESPESA FINANCEIRA LÍQUIDAS EM 31/03/2012	PARCELAS A VENCER EM 31/03/2012	VENCIMENRO DO CONTRATO
SIND. DE BANCOS (BANESPA, BNP PARIBAS BRASIL E CITIBANK S.A)	TAESA	DEBÊNTURES -1ª EMISSÃO	15/07/2011	CDI+1,3 %a.a	10.182	4	15/07/2015
		DEBÊNTURES -1ª EMISSÃO	15/07/2011	IPCA+7,91% a.a	5.774	4	15/07/2015
SIND. DE BANCOS (BANESPA, BNP PARIBAS BRASIL E CITIBANK S.A)	TAESA	DEBÊNTURES -2ª EMISSÃO	15/06/2011	CDI+1,4 %a.a	12.017	8	15/12/2015
		DEBÊNTURES -2ª EMISSÃO	15/06/2011	CDI+1,6 %a.a	7.053	12	15/12/2017
		DEBÊNTURES -2ª EMISSÃO	15/06/2011	CDI+1,6 %a.a	4.174	12	15/12/2017

1ª emissão - Em 15 de julho de 2010 a Companhia emitiu 60.000 debêntures com valor nominal unitário de R$ 10, sendo 34.500 da primeira série, no valor de R$ 345.000 e 25.500 da segunda série, no valor de R$ 255.000, perfazendo um valor total de R$ 600.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de *Bookbuilding*.

Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a companhia nos dias 2 e 3 de agosto totalizando R$ 602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão).

As debêntures possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações;
- Espécie: Quirografária;
- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da primeira série e segunda série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2015; e

- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da primeira série não será atualizado. O valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso será atualizado, a partir da data de emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (o "IPCA").

- Remuneração:

  1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,30%; e

  2ª série **-** Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, atualizados pelo IPCA, incidirão juros remuneratórios de 7,91%.

- Data de Pagamento dos juros: Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série e segunda série devem ser pagos no dia 15 de julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011 e o último pagamento será em 15 de julho de 2015.

- Prazo de Amortização: O valor nominal unitário das debêntures da primeira série e segunda série será amortizado em 3 (três) parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013, a segunda com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de julho de 2015.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 01 de junho de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia, que foram objeto de distribuição pública, com valor nominal unitário de R$ 1.000. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R$ 550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% da taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros e com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 03 de agosto de 2010 no valor total de R$ 592.605, além dos custos decorrentes da presente Emissão. O saldo remanescente foi utilizado pela Companhia para capital de giro. Os custos incorridos para a captação desse empréstimo foram de R$ 3.094.

2ª emissão - Em 15 de dezembro de 2010 a Companhia emitiu 8.150 debêntures com valor nominal unitário de R$ 100, sendo 4.250 da primeira série, no valor de R$ 425.000, 2.450 da segunda série, no valor de R$ 245.000 e 1.450 da quarta série, no valor de R$ 145.000, perfazendo um valor total de R$ 815.000. A quantidade de debêntures a ser alocada a cada série foi definida de acordo com a demanda das debêntures pelos investidores, conforme apurada em procedimento de Bookbuilding.

Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro totalizando R$ 815.750, valor este já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão.

As debêntures possuem as seguintes características:

- Conversibilidade: As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.

- Espécie: As debêntures da primeira série e as debêntures da segunda série são da espécie quirografária e as debêntures da quarta série são da espécie subordinada. Em 27 de junho de 2011 entrou em vigor a Lei nº 12.431, que, dentre outras disposições, revogou o artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, que dispunha sobre os limites de emissão de debêntures que deveriam ser observados por emissores de valores mobiliários. Em 20 de julho de 2011 a AGE aprovou a convolação das debêntures da quarta série da espécie subordinada para a espécie quirografária e em 01 de agosto de 2011 ocorreu a celebração de aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão de debêntures.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Tipo e Forma: Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

- Prazo e Data de Vencimento: As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2015. As debêntures da segunda e quarta série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de dezembro de 2017.

- Atualização Monetária: O valor nominal unitário das debêntures da primeira, segunda e quarta série não será atualizado.

- Remuneração:

  1ª série - Sobre o valor nominal unitário das debêntures da primeira série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da primeira série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um spread ou sobretaxa de 1,40%.

  2ª série **-** Sobre o valor nominal unitário das debêntures da segunda série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da segunda série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60%.

  4ª série **-** Sobre o valor nominal unitário das debêntures da quarta série ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures da quarta série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à taxa média diária dos DI - Depósitos Interfinanceiros capitalizada de um *spread* ou sobretaxa de 1,60%.

- Data de Pagamento dos juros:

  1ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da primeira série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2015.

  2ª série e 4ª série - Os juros incidentes sobre as debêntures da segunda e quarta série serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, no dia 15, dos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011 e o último pagamento será em 15 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Prazo de Amortização:

  1ª série - O valor nominal unitário das debêntures da primeira série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2014 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2015.

  2ª série e 4ª série - O valor nominal unitário das debêntures da segunda e quarta série será amortizado em 2 (duas) parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento 15 de dezembro de 2016 e a última com vencimento em 15 de dezembro de 2017.

A emissão das debêntures foi aprovada por meio da AGE realizada de 30 de novembro de 2010. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados no aumento de capital nas sociedades controladas da Companhia, Novatrans Energia S.A e TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A, nos montantes de R$ 372.275 e R$ 434.638, respectivamente. Tais recursos, adicionados ao saldo de caixa dessas concessionárias, foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas por elas contraídas junto ao BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R$ 372.275 na Novatrans e R$ 435.410 na TSN.

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	1ª EMISSÃO	2ª EMISSÃO
O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Consolidado não deverá ser superior a 3,5. Este índice será verificado trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.		x
Não realizar reorganizações societárias, que impliquem em redução do capital social, exceto (i) por determinação legal, ou (ii) nos casos em que ocorra a incorporação de sua controladas TSN, Novatrans, ETEO, Taesa Serviços e/ou de sua acionista Transmissora Alterosa de Energia S.A.	x	x
Não decretar vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R$ 50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	x	x
Não ser inadimplente em qualquer dívida financeira ou qualquer obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R$ 50.000.	x	x
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R$ 50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	x	x

CLÁUSULAS RESTRITIVAS	1ª EMISSÃO	2ª EMISSÃO
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades, bem como manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	x	x
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	x	x

Em 31 de março de 2012 a Companhia e suas controladas em conjunto possuem pleno atendimento às cláusulas restritivas (*"covenants"*).

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos derivativos contratados pela controlada em conjunto UNISA, tiveram o propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação nas taxas de câmbio, e não são utilizados para fins especulativos.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A UNISA está exposta a flutuação da taxa de câmbio em virtude dos financiamentos com o BID (parte indexada à uma cesta de moedas) e com o BID indexado a US$. Para mitigar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a UNISA utilizou-se de instrumentos financeiros derivativos (*hedge*) e contratou operações de opção de compra durante o exercício. Em 31 de março de 2012 o portfólio de derivativos da UNISA (ATE II e ATE III), pode ser resumido conforme tabela a seguir, considerando o percentual de participação da companhia:

	31/03/2012			
	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR JUSTO	VALORES A RECEBER	GANHOS (PERDAS) NÃO REALIZADOS
Contratos de swap				
Posição ativa	123.083	521	521	1.153
Taxa Libor (i)				
Contratos de opções				
Posição titular – compra	15.594	857	857	(1.070)
Moeda estrangeira				
	138.677	**1.378**	**1.378**	**83**

	31/12/2011			
	VALOR DE REFERÊNCIA	VALOR JUSTO	VALORES A RECEBER (A PAGAR)	GANHOS (PERDAS) NÃO REALIZADOS
Contratos de swap				
Posição ativa	123.083	524	(632)	52
Taxa Libor (i)				
Contratos de opções				
Posição titular – compra	15.954	1.927	1.927	270
Moeda estrangeira				
	138.677	**2.451**	**1.295**	**322**

Esses instrumentos financeiros derivativos estão classificados na categoria de valor justo através de resultado. O valor justo destes instrumentos financeiros derivativos é enquadrado como nível 2, conforme definição da Nota Explicativa 24.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os derivativos da Companhia em 31 de março de 2012 estão registrados contabilmente pelo seu valor de mercado.

Em atendimento a Instrução CVM nº475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Instituição	Vencimento	Mercado de Negociação
ATE II Transmissora de Energia				
LIBOR6M + OVER LIBOR	USD	Santander	Em 11/2022	Swap
LIBOR6M + OVER LIBOR	USD	Santander	Em 11/2018	Swap
ATE III Transmissora de Energia				
LIBOR6M + OVER LIBOR	USD	Santander	Em 05/2020	Swap
BRL	USD	Citibank	Em 11/2012	Opção
BRL	USD	Citibank	Em 05/2013	Opção
BRL	USD	HSBC	Em 05/2012	Opção

Direito da Companhia	Valor principal contratado	Valor Justo	GANHOS (PERDAS) NÃO REALIZADOS	Propósito de proteção
ATE II Transmissora de Energia				
LIBOR6M + OVER LIBOR	48.617	200	(595)	Variação do indexador
LIBOR6M + OVER LIBOR	5.341	6	(24)	Variação do indexador
ATE III Transmissora de Energia				
LIBOR6M + OVER LIBOR	69.126	315	(534)	Variação do indexador
BRL	5.419	381	448	Riscos Cambiais
BRL	5.695	470	430	Riscos Cambiais
BRL	4.839	6	192	Riscos Cambiais
		1.378	**(83)**	

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas em conjunto são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, aspectos cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes e, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2011	BAIXAS	31/03/2012
Consolidado			
Trabalhistas	529	(20)	509
Fiscais	209	-	209
Cíveis	211	-	211
	949	**(20)**	**929**
Controladora			
Trabalhistas	89	-	89
Fiscais	209	-	209
Cíveis	36	-	36
	334	**-**	**334**

Os valores apresentados acima estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo.

As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente à ações cíveis, fiscais e trabalhistas, envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão, indenização de seguro, bem como manifestações de inconformidade relativas à compensações de impostos federais não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Em 31 de março de 2012, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de êxito possível, no montante de R$ 93.798 (R$ 58.836 em 31 de dezembro de 2011), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Em 31 de março de 2012 temos como principal fator para o aumento dos processos com êxito possível possível a inclusão de auto de infração referente à um processo de dedução, no ano-calendário de 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina na aquisição da ETEO, no valor de R$ 39.403.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As principais causas fiscais classificadas como sendo de êxito possível pelas concessionárias da TAESA são:

- TSN - Referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil referente à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em montante de R$ 31.580, bem como embargos à execução fiscal no valor de R$ 514.

- NOVATRANS - Referem-se a processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário de 2008, bem como manifestações de inconformidade referente à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R$ 6.945, bem como embargos à execução fiscal no valor de R$ 4.787.

- ETEO - Refere-se à processo administrativo tributário decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário de 2012 no valor de R$ 39.403, bem como manifestações de inconformidade referente à supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles, Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), totalizando R$ 490.

A Novatrans e TSN vêm discutindo judicialmente o alargamento da base de cálculo da COFINS promovida pela Lei nº 9.718/98, através da qual está sendo requerida a compensação dos indébitos tributários realizados no período de abril de 2001 e janeiro de 2004 a título de COFINS sobre as receitas não operacionais. Baseado na opinião de seus consultores fiscais de que as chances de êxito nesse processo são prováveis e na resolução CFC nº 1.180 de 24/07/2009, nenhuma provisão foi constituída.

A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao estado de origem e outra relativa ao estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e pode ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos, entende que o risco de uma eventual cobrança de tal imposto é remota e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária junto à ANEEL.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por 5 (cinco) anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Impostos e contribuições correntes - A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	135.536	103.002
Alíquota nominal	34%	34%
	(46.082)	(35.021)
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:		
Prejuízo fiscal apurado pela UNISA	(65)	-
Complemento/reversão de provisões	(2.076)	(1.694)
Ajuste RTT - amortização de ágio Munirah (sucedida pela TAESA)	-	126
Ajuste RTT - Novas regras Lei nº 11.638/07 e 11.941/09	(8.337)	(3.276)
Diferença de alíquota lucro presumido x lucro real – ETAU	183	601
Variação Cambial – BNDES	2.537	-
Incentivo Fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE	5.370	2.593
Amortização de ágio Taesa Atlântico	4.189	17.252
Amortização de ágio Alterosa	1.894	4.276
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	4.677	4.516
Outras	2	5
Imposto de renda e contribuição social	(37.708)	(10.622)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(37.708)	(10.622)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.006)	(19.546)
	(39.714)	(30.168)
Alíquota efetiva	**29%**	**29%**

Incentivo fiscal IRPJ - SUDAM/SUDENE

TAESA (TSN e Novatrans) - Em 30 de julho de 2003, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à controlada TSN um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela unidade produtiva de Bom Jesus da Lapa, posteriormente ampliado para as unidades produtivas de Sapeaçu e Camaçari decorrentes da aquisição e incorporação da Munirah. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE. Em 30 de novembro de 2007, através da incorporação das empresas GTESA e PATESA, que também possuíam 100% de sua área incentivada pelo fato de suas linhas estarem localizadas nos estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o percentual total da TSN (sucedida pela Taesa) referente ao benefício supracitado passou a ser de 85,34%.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 16 de novembro de 2004, a Novatrans obteve junto à Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, através do Laudo Constitutivo nº 169/2004, o benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido pela atividade desenvolvida nos Estados de Maranhão e Tocantins. O benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Norte-Sul II de 73,29%, sendo este o percentual da linha que se encontra nos dois Estados que fazem parte da área incentivada pela SUDAM.

Considerando que TSN e Novatrans foram incorporadas à Companhia em 31 de dezembro de 2010, os benefícios fiscais decorrentes dos incentivos fiscais de redução do IRPJ estão sendo aproveitados pela Companhia, sucessora em bens, direitos e obrigações a partir do ano-calendário de 2011.

Em 31 de dezembro de 2010, com a incorporação das empresas TSN, Novatrans, ETEO e Taesa Serviços, o percentual total da Taesa referente ao benefício supracitado passou a ser de 68,21%.

Os incentivos têm validade até o ano de 2013 e impõem algumas obrigações e restrições:

- O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- O valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e
- O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a produção na região incentivada.

A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

NTE - Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0323/2004, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo a redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

UNISA - As empresas ATE II e ATE III gozam de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica no Pará. Tais incentivos foram concedidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e consistem na redução de 75% de imposto de renda sobre os resultados apurados até o ano-base de 2016 (ATE II) e 2018 (ATE III).

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Impostos e contribuições diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, incluindo-se dentre elas, os ajustes decorrentes das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 em função da adoção do Regime Tributário de Transição (RTT), bem como sobre o prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL.

	CONSOLIDADO	
	31/03/2012	31/03/2011
Imposto de renda	(531)	(14.369)
Contribuição social	(1.475)	(5.177)
	(2.006)	**(19.546)**

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social - Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R$ 1.312.536, sendo representado por 203.517.711 ações ordinárias e 59.981.196 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Estatuto Social prevê que a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de R$ 1.400.000, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização.

A composição acionária da Companhia em 31 de março de 2012 era a seguinte:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		TOTAL		CONTROLADORES	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
Fundo de Invest. em Part. Coliseu - FIP Coliseu	101.678.120	49,96%	-	0,00%	101.678.120	38,59%	101.678.120	38,59%
Cemig Geração e Transmissão SA - Cemig GT	97.690.743	48,00%	51.683.548	86,17%	149.374.291	56,69%	149.374.291	56,69%
Free Float	4.148.824	2,04%	8.297.648	13,83%	12.446.472	4,72%	-	-
Conselheiros	22	0,00%	-	0,00%	22	0,00%	-	-
Pessoas Vinculadas	2	0,00%	-	0,00%	2	0,00%	-	-
Total	**203.517.711**	**100,00%**	**59.981.196**	**100,00%**	**263.498.907**	**100,00%**	**251.052.411**	**95,28%**

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou deste Estatuto Social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral;

- Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;

- Escolha de empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia; e

- Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

b. Reserva legal - Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.

c. Reserva especial - Constituída com o saldo do lucro líquido do exercício de 2011 após a destinação da reserva legal e da provisão para dividendos obrigatórios, no montante de R$ 214.267.

d. Reserva especial de ágio - Com base do disposto na Instrução CVM nº 319 de 3 de dezembro de 1999, art 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R$ 412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010 foi adicionado ao saldo existente o valor de R$ 182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa.

e. Remuneração aos acionistas - O Estatuto Social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Pagamento de dividendos relativos ao exercício de 2010 e lucros acumulados até o exercício de 2009

Em 31 de maio de 2011 a Companhia pagou a primeira parcela de dividendos no valor de R$ 407.199, com base na posição acionária de 27 de abril de 2011 e em 31 de outubro foi paga a segunda parcela de dividendos no valor de R$ 333.415.

Em 16 de abril de 2012 a proposta de dividendos abaixo foi retificada pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia – vide nota explicativa nº 30.

Proposta de destinação do resultado do exercício de 2011

Lucro líquido de 2011	495.399
- Reserva legal (5%)	(24.770)
- Reserva de incentivo fiscal	(42.095)
- Dividendos obrigatórios (50%)	(214.267)
- Reserva especial - reinvestimento	(214.267)
Resumo das destinações:	
- Reservas	(281.132)
- Dividendos	(214.267)
Total	(495.399)

21. DIVIDENDOS A RECEBER E DIVIDENDOS A PAGAR

	CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011
Ativo circulante		
Dividendos a receber da ETAU	127	988
Dividendos a receber da NTE	8.699	8.699
Dividendos a receber da UNISA	671	671
	9.497	**10.358**
Passivo circulante		
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (a)	214.270	214.270
	214.270	**214.270**

(a) Refere-se aos dividendos obrigatórios do exercício de 2011 e dividendos a pagar de minoritários de exercícios anteriores, ainda não pagos pela inexistência de dados destes acionistas na corretora.

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e profissionais-chave da Administração.

Administradores - No período compreendido entre janeiro a março de 2012, os Administradores receberam o valor de R$1.208 (R$1.511 em 31 de março de 2011), sendo R$1.006 referente à remuneração fixa e R$274 referente a remuneração variável, sendo contabilizadas como despesas com "pessoal - administradores".

Remuneração do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal

a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período de janeiro a março de 2012:

- Conselho de administração: Remuneração fixa: 100%
- Comitês: Os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às suas respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.

- Diretoria: Remuneração fixa: 65,88% e Remuneração Variável: 34,12%

- Conselho fiscal: Remuneração fixa: 100%

b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período de janeiro a março de 2012:

PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2012	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	**22**	**3**	**10**	**35**
Remuneração fixa	**409**	**529**	**68**	**1.006**
Salário ou pró-labore	409	493	68	970
Benefícios diretos e indiretos	n/a	36	n/a	36
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros (a)		n/a		
Remuneração Variável	**n/a**	**274**	**n/a**	**274**
Bônus	n/a	166	n/a	166
Participação nos resultados	n/a	108	n/a	108
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor Total da remuneração	**409**	**803**	**68**	**1.280**

(n/a) = Não Aplicável

(a) Refere-se aos encargos sobre a remuneração.

c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria para o período findo em 31 de março de 2012:

PERÍODO DE JANEIRO A MARÇO DE 2012	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Número de membros	**22**	**3**	**10**	**35**
Valor da maior remuneração individual no período	29	70	14	-
Valor da menor remuneração individual no período	14	31	14	-
Valor médio de remuneração individual no período	22	51	14	-

23. COBERTURA DE SEGUROS

O Grupo Taesa, adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações trimestrais, e consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As concessões do Grupo possuem cobertura de seguros contra incêndio, riscos diversos para os bens do ativo imobilizado para cobrir eventuais perdas, assim como cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores – D&O.

As concessões do Grupo, com exceção da NTE e da Unisa, não mantêm seguros contra prejuízos em suas linhas de transmissão, mantendo apenas seguros em relação aos danos em suas subestações, edificações e demais instalações. Esse fato é uma conseqüência das coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Notas Explicativas

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em atendimento ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID a NTE – Nordeste Transmissora de Energia S.A. e a Unisa, contrata seus seguros (Risco Operacional e Risco Civil) em termos e condições aceitas pelo BNDES e pelo BID. Desta forma, para estas Companhias o seguro abrange todas as subestações e as linhas de transmissão do projeto, tendo ainda como beneficiário nas suas apólices o próprio BNDES e/ou o BID.

RESPONSABILIDADE CIVIL					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	TAXA	LMI	PRÊMIO TOTAL
TAESA - TSN	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2780%	10.000	28
TAESA -PATESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0121%	10.000	1
TAESA -GTESA	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0051%	10.000	1
TAESA -MUNIRAH	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0206%	10.000	2
TAESA -NVT	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,2952%	10.000	30
TAESA -ETEO	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,1013%	10.000	10
ETAU	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0255%	10.000	3
BRASNORTE	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0187%	10.000	2
NTE	Chubb do Brasil	19/09/11 a 19/08/12	0,0718%	10.000	7
ATE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,3600%	10.000	36
ATE II	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,5800%	10.000	58
ATE III	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,4700%	10.000	47
STE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	0,1900%	10.000	19
TOTAL					244

RISCO OPERACIONAL (SUBESTAÇÕES, ALMOXARIFADO, INSTALAÇÕES PREDIAIS)					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	LMI	VALOR EM RISCO	PRÊMIO TOTAL
TAESA - TSN	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	338.838	262
TAESA	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	1.635	2
TAESA -NVT	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	204.633	272
TAESA -ETEO	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	39.234	18
ETAU	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	13.857	11
BRASNORTE	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	20.000	54.140	53
NTE	Tokio Marine	19/09/11 a 19/08/12	50.000	231.395	103
ATE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	224.993	225
ATE II	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	465.724	466
ATE III	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	332.174	332
STE	Tokio Marine	13/12/2011 a 13/12/2012	50.000	113.560	114
TOTAL					1.858

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

VEÍCULOS PRÓPRIOS E TERCEIRIZADOS (R$)					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	COBERTURA	TOTAL DE VEÍCULOS	PRÊMIO TOTAL
TAESA - TSN	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	54	133
TAESA -NVT	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	48	145
TAESA -ETEO	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	11	30
BRASNORTE	Royal & Sunalliance Seguros	18/08/11 a 18/08/12	105% Tabela Fipe	6	11
TOTAL					319

DIRETORES E GERENTES (R$)					
EMPRESA	SEGURADORA	VIGÊNCIA	TAXA	LMG	PRÊMIO TOTAL
TAESA	Banco Fator	04/05/11 a 04/05/12	0,35%	10.000	35

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gerenciamento de riscos

Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supracitados, os objetivos da Companhia, o gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital exercidos pela Companhia.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. A auditoria interna realiza tanto as revisões regulares como as revisões pontuais de controles de gerenciamento de risco, cujos resultados são reportados a Administração.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Tipos de risco

a. Riscos de crédito **-** é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito - O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	691.090	495.406	442.850	265.593
Outros Investimentos	60.714	58.559	-	-
Clientes	142.741	138.187	101.421	97.851
Ativo financeiro	4.967.176	5.035.924	3.189.371	3.240.574
	5.861.721	**5.728.076**	**3.733.642**	**3.604.018**

- **Caixas e equivalentes de caixa e outros investimentos**

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa, e outros investimentos de R$ 751.804 (R$ 553.965 em 31 de dezembro de 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos são mantidos com bancos e instituições financeiras de 1ª linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

- **Clientes e ativo financeiro**

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes considerando que o CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo O.N.S. da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao O.N.S, pelos serviços prestados e discriminados no CUST:

- Contrato de Constituição de Garantia - CCG; e
- Carta de Fiança Bancária - CFB.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Abaixo descrevemos as principais vantagens destes mecanismos de proteção:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores;
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.

No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

b. Risco de liquidez - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

c. A Companhia tem empréstimos bancários e debêntures garantidos que contém cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos detalhada nas notas explicativas nº 15 e 16.

d. Riscos de mercado - é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

e. Risco cambial - A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos indexados em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o Real (R$). Em 31 de março de 2012 a Companhia possuía R$ 252.798 (8%) de sua dívida total atrelada à taxa de câmbio (cesta de moeda composta principalmente pelo dólar americano e empréstimo junto ao BID). Desta forma eventual desvalorização da moeda local em relação à moeda estrangeira poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. O gerenciamento do risco cambial é realizado pela Administração da Companhia com base na contratação de instrumentos derivativos conforme nota explicativa 17.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de câmbio

As analises efetuadas pela administração da Companhia consideram que o risco de impacto no resultado referente a diferenças entre as taxas, ocorrerá somente no momento em que a Libor ultrapassar 8%. A administração efetuou as análises da taxa Libor com base em informações da Bloomberg e BM&FBovespa sendo que a taxa mais longa de 5.580 dias tem a maior curva de Libor associada ao vértice máximo de 2.55%. Dado as características dos contratos, onde a ponta ativa está atrelada à variação cambial acrescida de 8% a.a. e a ponta passiva atrelada à variação cambial acrescida de Libor, a administração considera improvável que a Libor atinja este nível, motivo pelo qual, uma análise de sensibilidade não está sendo apresentada.

f. Risco de taxa de juros – Refere-se aos impactos nas taxas de juros sobre despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos e também sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Perfil - Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/12/2011
Instrumentos financeiros de taxa variável				
Aplicações financeiras	656.051	461.228	442.588	265.303
Outros investimentos	60.714	58.559	-	-
Empréstimos e debêntures	3.368.218	3.323.352	2.744.228	2.675.742

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

Operação	Exposição		Risco	Controladora		
	Controladora	Consolidado		Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras	441.830	497.571	Queda da taxa CDI	9.468	7.158	4.811
Total	**441.830**	**497.571**		**9.468**	**7.158**	**4.811**
Referência para ativos financeiros:				**Cenário provável**	**-25%**	**-50%**
CDI (%)				**9,00%**	**6,75%**	**4,50%**

Operação	Consolidado		
	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Aplicações financeiras	10.662	8.061	5.418
Total	**10.662**	**8.061**	**5.418**
Referência para ativos financeiros:	**Cenário provável**	**-25%**	**-50%**
CDI (%)	**9,00%**	**6,75%**	**4,50%**

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Operação	Exposição		Risco
	Controladora	Consolidado	
Empréstimos e financiamentos, e debêntures			
- Sindicato	28.475	28.475	Alta da taxa CDI
- Debêntures - 1ª emissão	673.925	673.925	-
1ª Série	375.568	375.568	Alta da taxa CDI
2ª Série	298.357	298.357	Alta da taxa IPCA
- Debêntures - 2ª emissão	842.838	842.838	Alta da taxa CDI
- NP	1.203.894	1.203.894	Alta da taxa CDI
- CEF	-	17.915	Alta da taxa CDI
Total	**2.749.132**	**2.767.047**	

Operação	Controladora		
	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos, e debêntures			
- Sindicato	(610)	(757)	(901)
- Debêntures - 1ª emissão	(11.462)	(14.253)	(17.016)
1ª Série	*(8.048)*	*(9.981)*	*(11.885)*
2ª Série	*(3.414)*	*(4.272)*	*(5.131)*
- Debêntures - 2ª emissão	(18.061)	(22.400)	(26.673)
- NP	(25.798)	(31.995)	(38.099)
- CEF	-	-	-
Total	**(55.931)**	**(69.405)**	**(82.688)**
Referência para passivos financeiros:	**Cenário provável ***	**25%**	**50%**
CDI (%)	**9,00%**	**11,25%**	**13,50%**
IPCA (%)	**0,38%**	**0,48%**	**0,57%**

Operação	Consolidado		
	Cenário provável (*)	Cenário A	Cenário B
Empréstimos e financiamentos, e debêntures			
- Sindicato	(610)	(757)	(901)
- Debêntures - 1ª emissão	(11.462)	(14.253)	(17.016)
1ª Série	*(8.048)*	*(9.981)*	*(11.885)*
2ª Série	*(3.414)*	*(4.272)*	*(5.131)*
- Debêntures - 2ª emissão	(18.061)	(22.400)	(26.673)
- NP	(25.798)	(31.995)	(38.099)
- CEF	(384)	(476)	(567)
Total	**(56.315)**	**(69.881)**	**(83.255)**
Cenário provável *		**25%**	**50%**
CDI (%)	**9,00%**	**11,25%**	**13,50%**
IPCA (%)	**0,38%**	**0,48%**	**0,57%**

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 9% e IPCA médio estimado de 0,38% a.m para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Vale ressaltar que na elaboração da análise de sensibilidade a Companhia considerou como fatores de risco para os instrumentos financeiros o CDI e o IPCA. Os empréstimos indexados à TJLP não foram apresentados, visto que a Empresa não considera esse indexador como fator de risco.

g. Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e com isso incorrer em impactos nos resultados.

h. Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

i. Risco operacional - é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais; e
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a Administração da unidade de negócios relacionada, com resumos encaminhados à alta Administração da Companhia.

- Riscos Regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia (MME), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e o Ministério do Meio Ambiente.

- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da Companhia adotar os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consiste em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros, alguns tipo de danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

- Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita à redução de sua receita por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser muito relevantes para a Companhia.

- Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

- Risco técnico - a infraestrutura das concessionárias da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).

- Risco de contencioso **-** a Companhia está envolvida em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

Gerenciamento do capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o período.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, consideramos:

- Caixa e equivalentes de caixa**:** contas correntes valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras

- Outros investimentos: aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações financeiras.

- Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, se aproximam dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pela ONS.

- Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valores justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e esta auferida através de componentes internos e de mercado.

  Em 31 de março de 2012, exclusivamente para fins desta divulgação, a Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno atualizada. A taxa interna de retorno atualizada considera a alteração dos componentes do custo de capital próprio considerados variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses componentes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de março de 2012.

- Empréstimos e financiamentos: O valor justo para os financiamentos com o BNDES e CCB's (Sindicato e CEF) é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.
  O valor justo para as Notas promissórias foi calculado com base no P.U. (preço unitário) de mercado divulgado por instituições financeiras. Em 31 de março de 2012, o valor de mercado de P.U. era R$ 5.181 (R$ 5.050 em 31 de dezembro de 2011)

- Debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor de mercado do P.U. (Preço Unitário) no mercado secundário divulgado no site "debentures.com.br" é próximo ao valor contábil. Em 31 de março de 2012 o percentual mínimo e máximo do valor de mercado do P.U. foram 100,00% e 100,48%, respectivamente (100,00% e 100,63% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

TAESA Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Atualmente, a Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

	NOTA	31/03/2012 VALOR CONTÁBIL	31/03/2012 VALOR JUSTO
Consolidado			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	691.090	691.090
Outros Investimentos	6	60.714	60.714
Clientes	7	142.741	142.741
Ativo financeiro	7	4.967.176	5.906.602
		5.861.721	**6.801.147**
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	1.856.469	1.866.398
Debêntures	16	1.511.749	1.511.749
		3.368.218	**3.378.147**
Controladora			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	442.850	442.850
Clientes	7	101.421	101.421
Ativo financeiro	7	3.189.371	4.121.655
		3.733.642	**4.665.926**
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	1.232.479	1.242.408
Debêntures	16	1.511.749	1.511.749
		2.744.228	**2.754.157**

	NOTA	31/12/2011 VALOR CONTÁBIL	31/12/2011 VALOR JUSTO
Consolidado			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	495.406	495.406
Outros Investimentos	6	58.559	58.559
Clientes	7	138.187	138.187
Ativo financeiro	7	5.035.924	5.035.924
		5.728.076	**5.728.076**
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	1.855.393	1.856.848
Debêntures	16	1.467.959	1.467.959
		3.323.352	**3.324.807**
Controladora			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	5	265.593	265. 593
Clientes	7	97.851	97.851
Ativo financeiro	7	3.240.574	3.240.574
		3.604.018	**3.604.018**
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	15	1.207.783	1.209.238
Debêntures	16	1.467.959	1.467.959
		2.675.742	**2.677.197**

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	NOTA	CONSOLIDADO 31/03/2012			
		VALORES JUSTOS ATRAVÉS DO RESULTADO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	CUSTO AMORTIZADO	TOTAL
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	691.090	-	-	691.090
Outros Investimentos	6	-	60.714	-	60.714
Clientes	7	-	142.741	-	142.741
Ativo financeiro	7	-	4.967.176	-	4.967.176
		691.090	**5.170.131**	**-**	**5.861.721**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.856.469	1.856.469
Debêntures	16	-	-	1.511.749	1.511.749
		-	**-**	**3.368.218**	**3.368.218**

	NOTA	CONSOLIDADO 31/12/2011			
		VALORES JUSTOS ATRAVÉS DO RESULTADO	EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	CUSTO AMORTIZADO	TOTAL
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	495. 406	-	-	495.406
Outros Investimentos	6	-	58.559	-	58.559
Clientes	7	-	138.187	-	138.187
Ativo financeiro	7	-	5.035.924	-	5.035.924
		495.406	**5.232.670**	**-**	**5.728.076**
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.855.393	1.855.393
Debêntures	16	-	-	1.467.959	1.467.959
		-	**-**	**3.323.352**	**3.323.352**

Notas Explicativas

TAESA
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 1 e ao Nível 3, e não ocorreram transferências de níveis no período observado.

A classificação e mensuração dos principais instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

		CONSOLIDADO			
		31/03/2012			
	NOTA	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	691.090	-	691.090
		-	691.090	-	691.090

		CONSOLIDADO			
		31/12/2011			
	NOTA	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	5	-	495.406	-	495.406
		-	495. 406	-	495. 406

Notas Explicativas

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

25. RESULTADO POR AÇÃO

RESULTADO POR AÇÃO	CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/03/2011
Resultado do exercício proporcional as ações ordinárias (1)	74.010	56.255
Número de ações ordinárias (em milhares) (2)	203.518	203.518
Resultado do exercício proporcional as ações preferenciais (3)	21.812	16.579
Número de ações preferenciais (em milhares) (4)	59.981	59.981
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	0,36	0,28
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	0,36	0,28
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,36	0,28
Resultado por ação preferencial - diluído *	0,36	0,28

(*) Não houve alteração no número de ações ordinárias e preferenciais de 31 de março de 2011 para 31 de março de 2012. A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, na rubrica de "Clientes e ativo financeiro".

Abaixo apresentamos a composição da receita operacional líquida da Companhia:

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Operação e manutenção	88.406	59.041	66.360	56.857
Receita de construção e remuneração do ativo financeiro	151.726	105.292	105.548	101.165
Outras Receitas Operacionais	15.899	7.722	9.612	7.811
Receita	256.031	172.055	181.520	165.833
PIS e COFINS	(10.562)	(6.090)	(6.210)	(5.773)
ISS	(10)	(9)	(10)	(9)
Quota para RGR e P&D (a)	(11.082)	(8.010)	(7.928)	(7.783)
Deduções da receita	(21.654)	(14.109)	(14.148)	(13.565)
Receita operacional líquida	**234.377**	**157.946**	**167.372**	**152.268**

(a) Tratam-se de encargos setoriais definidos pela Aneel e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimentos (P&D) e a constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	CONSOLIDADO		CONTROLADORA	
	31/03/2012	31/03/2011	31/03/2012	31/03/2011
Renda de aplicação financeira	14.820	14.424	9.089	14.285
Receitas Financeiras	14.820	14.424	9.089	14.285
Encargos de dívidas	(81.973)	(43.304)	(70.667)	(42.020)
Variações monetárias líquidas	3.928	(5.985)	(4.150)	(6.060)
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(1.526)	(904)	(1.302)	(783)
Despesas financeiras	(79.571)	(50.193)	(76.119)	(48.863)
	(64.751)	**(35.769)**	**(67.030)**	**(34.578)**

28. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Operação e manutenção da linha - Com exceção das concessionárias abaixo descritas, todas as outras concessionárias do Grupo realizam as atividades de operação de manutenção de linhas de transmissão e subestações com recursos próprios.

- ETAU - Parte da atividade é realizada pela CEEE e parte pela Eletrosul;
- Brasnorte - 100% das atividades realizadas pela Eletronorte;e
- ATE, ATE II, ATE III e STE - 100% das atividades realizadas pela Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra, de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

O Grupo Taesa adota práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, baseado na gestão dos aspectos: econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental ("SGA").

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as Concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Dentre eles destacam-se: (i) o cumprimento de requisitos legais; (ii) a minimização dos riscos ambientais; (iii) a prevenção da poluição; (iv) a preservação dos recursos naturais; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (vii) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nestes documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão.

Compensação Ambiental - Os contratos de execução de projetos de Compensação Ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do Órgão Ambiental, encontram-se em andamento, baseados nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos.

- IBAMA - A Taesa (Interligação LT 500 kV Norte-Sul II) cumpriu com todas as obrigações de Compensação Ambiental, cuja aplicação, em Unidades de Conservação nos estados por onde passa a LT Norte-Sul II, totalizou em R$ 6.042. A Taesa (Interligação LT 500 kV Norte-Sul II) está em processo de prestação de contas dos recursos desembolsados junto ao ICMBio .

Em 4 de agosto de 2011 foi celebrado o termo de compromisso entre a ETAU e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Gestão Financeira pela Caixa Econômica Federal - CEF), no valor de R$ 236 para aplicação indireta, via Caixa Econômica Federal (CEF), cujo depósito foi realizado 28 de novembro de 2011 e o total de R$ 95 para aplicação direta na empresa já contratada que executará o serviço de Plano de Manejo na Floresta Nacional de Passo Fundo - RS. Em 20 de janeiro de 2012 a ETAU recebeu o Termo de Quitação parcial, emitido pelo ICMbio, comprovando o recebimento do depósito citado. Em março de 2012 a ETAU fará a aplicação do saldo de R$ 95 encerrando assim sua obrigação relativa a compensação ambiental junto ao ICMbio no valor total de R$ 655, considerando os valores já investidos em exercícios anteriores.

- FUNAI - Encontra-se em andamento a celebração, junto à FUNAI_DF, do Termo de Compromisso, negociado previamente com a FUNAI RS, que visa liquidar as obrigações da ETAU relativas à Compensação Ambiental pela influência indireta da LT Campos Novos - Santa Marta sobre a Terra Indígena Carreteiro ("TI Carreteiro'). Por meio deste acordo, será aplicado o valor de R$ 790 em equipamentos e atividades, conforme a necessidade estabelecida por representantes da Comunidade Indígena. Destaca-se que o processo de compensação devido à FUNAI pela concessão Taesa (Interligação LT 500kV Norte-Sul II) está em negociação junto à Fundação, com previsão de celebração do contrato no exercício de 2012.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental - Todas as concessionárias do Grupo Taesa desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações. Dentre os temas executados, destacam-se os listados abaixo:

- Prevenção e controle de queimadas;
- Convívio seguro com as Linhas de Transmissão; e
- Orientações básicas sobre os melhores procedimentos de descarte de resíduos/lixo.

Ressalta-se que os projetos são desenvolvidos e apresentados por meio de palestras, visitas informativas, distribuição de materiais de divulgação em escolas rurais e nas comunidades vizinhas as instalações.

Os Projetos Socioambientais, que compõem o programa ambiental de cada concessão, em sua maioria, são desenvolvidos pelas concessionárias de forma a atender demandas estabelecidas por meio de condicionantes das Licenças Ambientais ou vinculadas ao processo de Operação e Manutenção ("O&M") das instalações das Companhias - manutenção de faixas de servidão.

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Audiência Pública do Leilão 02/2012 **–** No período entre 15 de dezembro de 2011 e 09 de janeiro de 2012, a ANEEL recebeu contribuições à Audiência Pública nº 076/2011, cujo objetivo era colher sugestões à minuta do Edital do primeiro leilão de transmissão de energia elétrica de 2012, que será dividido em cinco lotes, com empreendimentos nos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As obras fazem parte do plano de expansão da Rede Básica 2012-2014 e algumas estruturas contemplam as estruturas de transmissão destinadas ao escoamento da energia produzida na usina hidrelétrica (UHE) Teles Pires (MT). A Taesa participou com algumas contribuições ao edital e aguarda a publicação do resultado, bem como, publicação da documentação oficial do leilão.

Plano de Previdência Privada – A Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012 aprovou a implantação de um Plano de Previdência Privada para seus empregados e de suas subsidiárias integrais a partir de janeiro de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Fundação Forluminas de Seguridade Social - FORLUZ, entidade fechada de previdência complementar, onde a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação junto à Previc publicada em diário oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. A adesão ao plano de previdência privada iniciou em abril de 2012.

Fiscalização ANEEL – Em prosseguimento ao processo de fiscalização econômica-financeira , "in locu", realizada pela ANEEL no mês de dezembro de 2011, a TAESA recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/2012-SFF, de 01/03/2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentados 7 (sete) Não Conformidades e 9 (nove) Constatações/Recomendações apuradas no período de 4 anos (2007/2010). Destaca-se que esta foi a primeira fiscalização presencial sofrida pela TAESA, em seus 11 anos de atuação, quando foram fiscalizadas todas as concessões pertencentes ao Grupo. A TAESA encaminhou à ANEEL, tempestivamente, a Carta TAESA 082/12, apresentado suas manifestações frente ao TN 033/2012, onde argumenta as constatações registradas pelos Fiscais, informando que algumas já foram atendidas, sendo que as restantes, serão implementadas nos prazos estabelecidos pelo Regulador. Na oportunidade, conforme procedimentos descritos nos ritos dos processos administrativos da Agência, a TAESA solicitou o arquivamento do TN, visto que as constatações foram resolvidas e/ou esclarecidas pela Companhia, que por sua vez, se comprometeu com os prazos

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

determinados para ajustes de alguns procedimentos. A resposta ao pleito da TAESA deverá ser expedida no primeiro semestre de 2012.

Relatório de Responsabilidade Socioambiental ANEEL 2011 - Conforme Manual de Instruções para elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica – ANEEL, a TAESA concluiu, tempestivamente, a entrega do Relatório De Responsabilidade Socioambiental 2011, das concessões TAESA, Brasnorte, ETAU e NTE, em atendimento ao Despacho ANEEL n.º 3.034 de 21.12.2006. Os referidos Relatórios foram protocolados junto à ANEEL em 27 de abril de 2012, por meio das cartas: TAESA 147/12; BR007/12; ETAU 016/12 e NTE 037 - TAESA/2012.

Recuperação Judicial CELPA - Em 28 de fevereiro de 2012 a CELPA solicitou Recuperação Judicial, processo pelo qual a empresa solicitante consegue suspender toda e qualquer execução de créditos anteriores a esse pedido, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias. Com o deferimento do processo de Recuperação judicial pelo Juiz, foi nomeado um administrador judicial que elaborou edital com os créditos pendentes, que serão pagos no curso do processo, entre eles os das concessões do GRUPO. Ocorre que no referido edital não restou elencado a receita de transmissão de todas as empresas do setor referente à prestação de serviço no mês de fevereiro de 2012, o que motivou a empresa a proceder com a habilitação do referido crédito nos autos do processo de Recuperação Judicial. Atualmente o processo encontra-se na conclusão para avaliação dos pedidos de habilitação de crédito. O valor em 31 de março de 2012 era de R$ 752.

Novas aquisições - Fato relevante de 16/03/2012 - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia") vem, com base no § 4°do art. 157 da Lei n° 6.404/76, na Instrução CVM n° 358/02, conforme alterada pelas Instruções CVM n° 369/02 e n° 449/07, divulgar aos seus acionistas, ao mercado em geral e demais interessados que celebrou, em 16 de março de 2012, um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., para aquisição dos 50% remanescentes das ações detidas por esta no capital social da União de Transmissoras de Energia Elétrica S.A. – UNISA, que, por sua vez, é titular de 99,99% (noventa e nove virgula noventa e nove por cento) de participação no capital social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A. (que conjuntamente serão doravante denominadas as "Transmissoras").

A Companhia pagará pela aquisição em tela o valor total de R$863.500.000,00 (oitocentos e sessenta e três milhões e quinhentos mil reais) referente à data-base de 31/12/2011. O preço da aquisição será corrigido pela variação acumulada da SELIC entre a database de 31/12/2011 e o dia útil imediatamente anterior à data da conclusão da operação, quando ocorrerá o pagamento e a efetiva aquisição das ações pela Companhia. O preço de aquisição será ajustado com os proventos, aumentos ou reduções de capital que tenham ocorrido entre a data-base e a data da conclusão da operação.

A conclusão da operação e a efetiva aquisição das ações pela Companhia estarão sujeitas à ocorrência de condições suspensivas, destacando-se: (i) aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, (ii) anuência de bancos financiadores das Transmissoras, e (iii) a aprovação da operação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Além disso, a operação deverá ser submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, nos termos da Lei nº 8.884/94. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado informados sobre o andamento desta operação conforme esta seja desenvolvida.

Comunicado ao Mercado de 26/12/2011 - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), em atendimento ao compromisso de aplicar as melhores práticas de Governança Corporativa, vem a público informar, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à BM&F BOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

("BM&FBOVESPA"), aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, acionista relevante da Companhia, arquivou nesta data, Comunicado ao Mercado com o seguinte teor: "A COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG ("Cemig"), companhia aberta, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri, em atendimento ao compromisso de implementar as melhores práticas de Governança Corporativa, vem a público informar, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, à BM&F BOVESPA S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e ao mercado em geral que está estudando a eventual consolidação de seus investimentos no segmento de transmissão de energia elétrica, mediante a transferência à Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA ("Taesa") da totalidade de sua participação acionária no capital social das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica (i) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE; (ii) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE; (iv) Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP; (v) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. - EBTE. ("Reestruturação Societária"). Caso venha a ser considerada oportuna a Reestruturação Societária, a sua realização será previamente submetida à apreciação do Conselho de Administração e/ou da Assembleia Geral da Taesa, conforme aplicável, sendo certo que a Cemig, bem como os conselheiros por ela indicados não irão intervir em qualquer deliberação acerca desta matéria. A Cemig manterá seus acionistas e o mercado oportuna e adequadamente informados sobre o andamento desta operação."

A Companhia esclarece que, até a presente data, não há qualquer espécie de entendimento definitivo entre as partes, não tendo sido celebrado qualquer instrumento vinculativo que determine os termos e condições relativos à referida potencial reestruturação societária. Importante ressaltar que essa potencial reestruturação societária, se e quando definida, ainda precisará ser aprovada pelos órgãos societários competentes da Companhia, o que, até a presente data, não ocorreu.

A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados a respeito de qualquer negócio ou fato que, na forma da legislação aplicável, deva ser objeto de divulgação.

Novo Estatuto Social da Taesa **–**Em 09 de março de 2012 a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a reforma do Estatuto Social da Companhia que teve por finalidade excluir a limitação de validade do instrumento de mandado emitido pela Diretoria, que até a referida alteração era de um ano salvo para outorga de poderes judiciais. Com a referida alteração, realizada no artigo 25 do Estatuto, a outorga de mandados não possuiu mais limitação de validade.

Licença de Operação Patesa **-**O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA emitiu, em 13/01/2012, a Renovação da Licença de Operação n.º 2011/045976/TEC/RLO-1017 para a LT Santa Cruz - Paraíso Açu II. O referido Órgão Ambiental atribuiu 9 condicionantes praticamente sem grande impacto (técnico e financeiro).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Percentual de Participação da Taesa na Brasnorte – Com o intuito de retratar de forma mais precisa a distribuição das ações que compõem o capital social da Brasnorte Transmissora de Energia S.A., o percentual de participação de cada acionista passou a ser indicado com quatro casas decimais, ao invés de duas, como era feito até então. Com relação à acionista Transmissora Aliança de Energia Elétrica – Taesa, sua participação passou a ser de 38,6645%, o que antes era 38,67%.

Receita retroativa Brasnorte - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por meio do Despacho nº 3.255, de 09 de agosto de 2011, decidiu, conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Brasnorte Transmissora de Energia S.A. contra o Despacho SCT nº 2.398/2010, exarado pelo Superintendente de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição da ANEEL, mediante o qual, não foi reconhecida a data de 24 de setembro de 2009, como a de entrada em operação integral das instalações de transmissão de energia elétrica objeto do Contrato de Concessão nº 003/2008 - ANEEL. A Brasnorte pretende acionar a ANEEL administrativamente no primeiro semestre de 2012, a fim de solicitar a receita parcial de uma das partes do empreendimento que estava disponível ao Sistema Interligado Nacional (SIN) na data de entrada em operação comercial, qual seja 24 de setembro de 2009. Desta forma, como os recursos administrativos/ judiciais de direito da Brasnorte ainda não foram exauridos na totalidade, torna-se impossível, citar neste momento, o posicionamento final da ANEEL sobre este processo. Não há saldos a receber registrados no balanço patrimonial consolidado referente a este processo administrativo.

Reforços em Ibicoara e Sapeaçu - Em 7 de junho de 2011, por meio da resolução autorizativa nº 2.946, a ANEEL autorizou a Companhia a realizar reforços em suas instalações para melhorar o atendimento do fornecimento de energia na região Nordeste. Para remunerar esses investimentos, a Companhia terá direito a parcelas da Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R$ 9.227 conforme descrito no quadro abaixo:

EMPREENDIMENTO	VALOR DA RAP
SE IBICOARA	R$ 1.729
Adequação do arranjo de barramento do pátio em 500 quilovolts (kV)	
SE SAPEAÇU	R$ 7.498
Instalação de um Compensador Estático 230 quilovolts (kV)	
TOTAL	**R$ 9.227**

Os prazos para entrada em operação comercial desses reforços variam entre 18 e 24 meses. Os reforços autorizados para as instalações da Taesa estão previstos na Consolidação de Obras da Rede Básica, no período 2011 a 2013. Os valores correspondentes às novas parcelas de RAP das empresas são considerados a partir do início de operação comercial dos reforços, com base na vida útil dos equipamentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aumento de capital na Brasnorte - Em 23 de agosto de 2010 a Assembléia Geral Extraordinária autorizou o aumento de capital na Empresa Brasnorte Transmissora de Energia S.A. A Companhia recebeu aportes de capital de seus acionistas no valor total de R$ 12.000 e individualmente correspondentes ao percentual de suas respectivas participações conforme descrito a seguir:

	TAESA	ELETRONORTE	BIMETAL	TOTAL
10 de fevereiro de 2011		-	930	930
14 de fevereiro de 2011	3.093	3.977	-	7.070
15 de agosto de 2011	-	1.988	-	1.988
29 de agosto de 2011	-	-	465	465
30 de agosto de 2011	1.547	-	-	1.547
	4.640	**5.965**	**1.395**	**12.000**

Com os recursos recebidos, a Brasnorte efetuou pagamentos referentes ao Contrato EPC com a Bimetal Engenharia e Construção/Bimetal Indústria Metalúrgica Ltda - R$ 3.728, Contrato EPC com a Taesa Serviços - R$ 607, Mútuo com a TAESA - R$ 2.700 e outros pagamento operacionais.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Fato relevante de 11/04/2012 - A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), em cumprimento ao art. 157, § 4º da Lei nº 6.404/76 e à Instrução CVM nº 358/2002 e em atendimento ao compromisso de aplicar as melhores práticas de Governança Corporativa, vem a público, aos seus acionistas e ao mercado em geral informar que contratou bancos de investimento e outros assessores para avaliar a possibilidade de realizar uma oferta pública de distribuição de Units da Companhia ("Oferta"). A Companhia esclarece, ainda, que possui uma autorização da BM&F Bovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para atingir, até o dia 30 de junho de 2012, o percentual mínimo de 25% das suas ações em circulação, conforme requerido pelo Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa. A Companhia manterá o mercado atualizado a respeito dos desenvolvimentos relacionados à pretendida Oferta.

Retificação da proposta de dividendos – Em 16 de abril de 2012 a Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia retificou a proposta de dividendos divulgada nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2011. A nova destinação apresenta a seguinte configuração:

Lucro líquido de 2011	495.399
- Reserva legal (5%)	(24.770)
- Reserva de incentivo fiscal	(42.095)
- Dividendos obrigatórios (50%)	(214.267)
- Dividendos adicionais	(214.267)
Resumo das destinações:	
- Reservas	(66.865)
- Dividendos	(428.534)
Total	(495.399)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os dividendos obrigatórios serão pagos até 31 de maio de 2012 e os dividendos adicionais serão pagos até o último dia útil do exercício de 2012.

Captação de recursos – Em 08 de maio de 2012 a Companhia publicou edital de convocação de Assembléia Geral Extraordinária conforme descrito abaixo.

"Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realizar-se em 23 de maio de 2012, às 11 horas, na Praça Quinze de Novembro, 20, 10.º andar, salas 1002 e 1003, Centro, no Rio de Janeiro - RJ, para deliberar sobre:

(i) a captação de recursos, pela Companhia, no valor de até R$910.000.000,00 (novecentos e dez milhões de reais), que poderá ser feita por meio da: (a) quinta emissão, pela Companhia, de Notas Promissórias comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) na data de emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Notas Promissórias"); ou (b) emissão de cédula de crédito bancário pela Companhia em favor de banco de primeira linha no mercado brasileiro ("CCB"); (ii) aprovação, no âmbito da Emissão, dos termos e condições que deverão constar das Notas Promissórias ou da CCB, conforme o caso; e (iii) autorização à Diretoria da Companhia para tomar todas as providências necessárias à realização da captação de recursos por meio da emissão das Notas Promissórias ou da CCB.

O acionista que desejar fazer-se representar na referida Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei das S.A., exibindo no ato ou depositando, preferencialmente, até 72 (setenta e duas) horas do início da reunião, os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, no Departamento Jurídico da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20 - 10.º andar, Rio de Janeiro-RJ.

Os documentos requeridos pela legislação e regulamentação aplicáveis, se existentes, serão disponibilizados nos seguintes endereços e websites: (i) na sede da Companhia, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praça XV de Novembro, 20, 10.º andar, salas 1002 e 1003; (ii) na CVM, na Rua Cincinato Braga, 340, 2.º andar, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Sete de Setembro, 111, 2.º andar, "Centro de Consultas", no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e no website www.cvm.gov.br; e, (iii) no website da BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS - www.bmfbovespa."

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2012
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

DIRETORIA	
NOME	**CARGO**
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
TITULARES	**SUPLENTES**
Djalma Bastos de Morais	Cristiano Corrêa de Barros
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Geralda Aparecida Ferreira Leite
Isacson Casiuch	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Luis Carlos Saciloto Tadiello	Antonio de Pádua Barbedo
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
Maurício Luis Luchetti	Gustavo Pinheiro Guimarães Padilha
(Independente)	(Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes	Thereza Cristina Nogueira de Aquino
(Independente)	(Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Jorge Kalache Filho	Luiz Ricardo da Câmara Lima

CONSELHO FISCAL	
TITULARES	**SUPLENTES**
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade Reis
Eduardo Alexandre Dutra Zimmermann	Cláudio Canalis Goulart
Clayton Ferraz de Paiva	Ana Paula Moraes Venâncio Amaral
José Maria Rabelo	Dio Jaime Machado de Almeida
Eduardo Cysneiros de Morais	Paulo Nobrega Frade

Wagner Rocha Dias
Contador CRC RJ-112158/P
CPF nº 778.993.777-49

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

nsiderada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e ao trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 8 de março de 2012 e em 6 de maio de 2011, respectivamente, sem qualquer modificação.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU	José Carlos Monteiro
Auditores Independentes	Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ	CRC 1SP 100.597/O-2 “S” RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, 10.º andar, salas 1002 e 1003, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio liquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 1º trimestre de 2012, findo em 31 de março de 2012. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2012.

João Carlos Lindau

Clayton Ferraz de Paiva

Eduardo Cysneiros de Morais

José Maria Rabelo

Jorge Khoury Hedaye

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2012, findo em 31 de março de 2012, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2012.

José Aloise Ragone Filho
Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes o 1º trimestre de 2012, findo em 31 de março de 2012, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2012.

José Aloise Ragone Filho
Diretor Superintendente Geral
Domingos Sávio Castro Horta
Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

Marco Antônio Resende Faria
Diretor Superintendente Técnico

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Retificação de páginas com erros de formatação.
3	Alteração da escala da quantidade de ações da Companhia de "unidade" para "mil"